

Foz Côa:

Inscrita na Pedra

Processo de Gravura

História de Foz Côa

Universidade

Arte Simbólica

Notas e Comentários

2000

Associação de Músicos

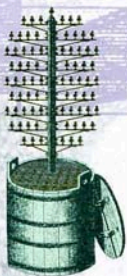
Associação de Músicos

Músicos

UNIVERSIDADE DO PORTO



Boletim



Ficha Técnica

Director

Alberto Amaral,
Reitor da Universidade do Porto

Sub-Directora

Prof.ª Teresa Lago (FEUP)

Coordenação Editorial e Redacção

Maria Isabel Pacheco (coordenadora)
Paulo Gámonio Guardes (coordenador adjunto)

Conselho editorial

Prof. Alexandre Alves Costa (FAUP),
Prof. Amalindo Saraiva (FEUP),
Prof. Jorge Olímpio Bento (FCDEF),
Prof. José Madalena Pinto (FEP),
Prof. Manuel Sobrinho Simões (FMUP),
Prof. Paulo Tavares de Castro (FEUP).

Coordenador do número

Alberto Amaral

Arranjo Gráfico

Incolum

Fotografia

Duarte Belo; pp. 12-15, cortesia do Plano Arqueológico do Cão; p. 44, cortesia da Câmara Municipal de Matosinhos; p. 48, cortesia do Museu de Ciência da UP.

O Boletim agradece o apoio da Associação Projecto Património. Os desenhos de António Quadros são uma cortesia de José Forjaz.

Colaboradores neste número

Agostinho Álvares Ribeiro, António Manuel Figueiredo, António M. Gilgomes de Carvalho, António de Sousa Pedrosa, Carlos A. Brochado de Almeida, Cesário de Matos, Francisco Ribeiro da Silva, Gaspar Martins Pereira, Joaquim Moreno, José Forjaz, José Mattoso, Jorge Figueira, Luis Aires-Barros, Luís Miguel Duarte, Maria Angeles Querol, Maria Ondina Figueiredo, Nelson Rebanda, Rui M. V. Cortes, Vítor Oliveira Jorge.

Publicação periódica
n.º 75 - Ano V, 1.º Janeiro 1995

Propriedade

Fundação Gomes Teixeira

Redacção

Rua D. Manuel II - 4001 Porto Codex
Telf. 4004981 (ext. 32)
Telex 6001724

Registo na D.G.C.S. - 114891

Deposito legal 412813/90

ISSN 0871-7289

Ingresso: 7.000 exemplares

Preço por número: 500/00

Anotadora anual (4 números): 2.000/00

Edição gráfica

Edições Alvimontado, Lda
R. Costa Cabral, 459 - 4200 Porto

É proibida a reprodução de artigos, gráficos ou fotografias sem a autorização escrita do Director.

Sumário

- 2 **Editorial**
- Painel**
"Foz Cóa - Inscrita na Pedra"
- 5 Cóa: Cosmos ou Caos?
Vitor Oliveira Jorge
- 11 Barragem de Vila Nova de Foz Cóa
Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre
Nelson Rebanda
- 17 Foz-Cóa
Portugal e a gestão global da água na bacia nacional do Douro
A. Álvares Ribeiro
- 21 *A Preservação das Gravuras: 2 depoimentos, 4 pareceres*
Reflexões sobre os estudos para preservação das gravuras rupestres do Cóa, *Luís Aires-Barros (21)*
Considerações sobre a preservação das gravuras rupestres do Cóa, *Maria Ondina Figueiredo (24)*
Parecer 1, *António M. Galopim de Carvalho (25)*
Parecer 2, *Departamento de Minas da FEUP (25)*
Parecer 3, *Rui M. V. Cortes (26)*
Parecer 4, *António de Sousa Pedrosa (26)*
- 27 *Fragmentos da História de Foz Cóa*
Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Cóa
Carlos A. Brochado de Almeida (27)
Ribacão na Idade Média: quando o fim do mundo era 'centro do mundo'
Luís Miguel Duarte (29)
Vila Nova de Foz Cóa na Época Moderna
Francisco Ribeiro da Silva (30)
Notas para a História Contemporânea de Foz Cóa
Gaspar Martins Pereira (33)
- 37 Uma Digressão Intimista e Amarga pelas Oportunidades de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Perversão Exemplar do Processo das Gravuras Rupestres do Cóa
António Manuel Figueiredo
- 42 **Universidade**
Valores Simbólicos, *José Mattoso (42)*
La Foz del Cóa, marco perfecto para un parque cultural, *M. Angeles Querol (43)*
- 44 **Notas e Comentários**
Centro de Ciências e Tecnologias do Mar (44)
António Quadros, Professor, *José Forjaz (46)*
3 textos sobre António Quadros: *Jorge Figueira, Joaquim Moreno, Cesário de Matos (48)*
MicroScapes (48)

A grave situação do património histórico-cultural do vale do rio Côa, ameaçado pela construção de uma barragem da EDP, constitui o tema central deste número do **Boletim da Universidade do Porto**.

Esta questão é, de certo modo, paradigmática da situação que se vive hoje em Portugal: após um longo período de ditadura, mais de 20 anos depois da revolução de Abril, apesar de algumas roupagens formais de uma democracia (eleições livres, imprensa actuante embora algo diminuída pela aprovação de lei recente, sistema judicial independente...), continuam presentes algumas das características de uma sociedade democrática pouco solidificada, como sejam a incapacidade do debate público e intenso das ideias e dos problemas, a tomada de decisões políticas sem a auscultação da sociedade civil ou a dificuldade que esta sente para veicular as suas opiniões.

Em Portugal, continua a ser difícil a discussão pública das questões de interesse nacional; continua a persistir o hábito da tomada de decisões políticas sem um grande aprofundamento técnico e científico das questões; em muitos casos, não existe informação pública credível sobre as diversas soluções possíveis para problemas de interesse para a nossa sociedade.

Um exemplo deste estado de coisas pode ser encontrado na falta de debate em torno dos problemas do sistema de ensino, questão estratégica para a sobrevivência de Portugal como parceiro de pleno direito da UE; outro exemplo é dado pela falta de discussão pública em torno da definição de uma estratégia para o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional.

Não admira, portanto, que o debate público sobre as gravuras do vale do Côa encontre tantas resistências; e, no entanto, o que os arqueólogos portugueses pedem é bem razoável e não pode ser diminuído colando-lhes o rótulo de fundamentalistas, a exemplo da atitude frequente em relação aos que lutam pela defesa do ambiente: o que pedem, neste momento, é simplesmente o adiamento da construção da barragem, por forma a permitir um estudo sério do problema e a tomada das medidas que sejam aconselhadas com base nos



resultados obtidos, antes que o enchimento da albufeira inviabilize definitivamente soluções alternativas e ganhe para Portugal uma classificação de país bárbaro.

A Universidade do Porto, com a publicação deste número do **Boletim** dedicado às questões em torno das gravuras do Côa, pretende dar um contributo válido para a procura de soluções; aqui se reúnem opiniões e pareceres, os mais diversos, de arqueólogos, historiadores, geólogos, engenheiros hidráulicos e economistas, por forma a permitir ao leitor vislumbrar as diversas facetas do problema e os múltiplos aspectos e interesses a ter em conta.

Cremos ser esta a única forma civilizada de proceder: reunir toda a informação disponível, organizar debates e discussões, recolher os pareceres de peritos nacionais e estrangeiros, para permitir que se construa uma opinião fundamentada face às diversas alternativas possíveis, para que seja possível tomar uma decisão não emocional ou baseada em interesses limitados, mas sim alicerçada em critérios de base científica.

Não é admissível que o público continue a ser bombardeado com opiniões pouco fundamentadas ou com soluções mal alinhavadas e avulsas: é melhor afogar as gravuras para as proteger! Cortem-se as gravuras e façam-se voar de helicóptero! Recrie-se um parque rupestre noutra sítio! A não construção da barragem diminui os postos de trabalho (o que farão os operários de construção civil quando esta estiver acabada?)!

Añunciou o Sr. Primeiro Ministro que não seriam feitas mais adjudicações relativas à obra de construção da barragem. Se for cumprido já é alguma coisa, mas não chega! É necessário que a construção seja efectivamente suspensa e que sejam reunidos os meios humanos e materiais necessários a um estudo completo de toda a área antes que se crie uma situação irreversível.

E não se invoquem os prejuízos imediatos de tal decisão, pois corresponderão, certamente, a uma parcela diminuta dos encargos com essa obra faraónica e desajustada que é a Expo '98.

É o mínimo que se exige num país que se pretende civilizado e que se arroga ser hoje um membro de pleno direito de uma Europa que é o berço da civilização ocidental.

Foz Côa — Inscrita na Pedra

O debate que se levantou em torno das gravuras rupestres de Foz Côa não se limitou ao binómio preservação/desenvolvimento, mas polarizou algumas questões centrais para a sociedade portuguesa do virar do 2º milénio.

Foz Côa levantou o problema da 'maioridade' económica e cultural do nosso País e, afinal, permitiu que nos observássemos com clareza no espelho da comunidade das nações desenvolvidas. Este reflexo não foi lisonjeiro.

Foz Côa tornou-se também a expressão do divórcio, há muito sentido, entre o mundo urbano do litoral e um interior rural agonizante, problematizando o sentido de um desenvolvimento que implica a destruição da identidade histórico-cultural.

Noutra perspectiva ainda, a afirmada necessidade da barragem de Foz Côa, associada ao longo período de seca, particularmente nas regiões do sul do País, projectou a preservação e aproveitamento dos recursos naturais peninsulares para o centro das atenções políticas, questionando a forma como o poder central português se afirma perante o país vizinho na partilha dos recursos fluviais internacionais.

*Os textos que se seguem são contribuições que pretendem esclarecer alguns destes aspectos e fornecer novas visões para a continuação deste debate nacional. São o resultado de pedidos do **Boletim** a especialistas de diversas áreas.*

Vitor Oliveira Jorge tem sido um participante activo no movimento de preservação do santuário do Côa. Para além da breve história do reconhecimento, desde o séc. XIX, do legado artístico do Paleolítico, o autor explica como a questão da preservação não deve ser entendida de forma limitada às gravuras, isoladamente, mas sim de um grande espaço significativo — o vale do Rio Côa, sacralizado pelos caçadores do Paleolítico —, alertando para a sua ligação com espaços similares quer em Portugal quer em Espanha.

O texto de Nelson Rebanda, o arqueólogo responsável pela descoberta e — até à data em que escreveu — pelo estudo das gravuras rupestres, descreve a evolução dos trabalhos de prospeção arqueológica nas margens do Côa, dando uma panorâmica dos principais achados.

A terceira contribuição, de Agostinho Álvares Ribeiro, membro da Comissão Luso-Espanhola dos Rios Fronteiriços e representante de Portugal no Comité dos Rios Internacionais, relata o processo da génese da barragem, desde os primeiros projectos dos finais dos anos 40 até à actual barragem, e quantifica a importância deste empreendimento face ao total do aproveitamento hídrico de toda a bacia do Douro. Os números apresentados dão-nos uma perspectiva da importância da albufeira de Foz Côa, que constituirá um reservatório maior do que a soma dos reservatórios já existentes no Douro nacional, assegurando o funcionamento das cinco explorações hidroeléctricas do Douro a jusante.

Os curtos depoimentos e pareceres que se seguem, da autoria de reputados especialistas, debruçam-se sobre a preservação das gravuras, equacionando a sua eventual submersão. O tom genérico destas intervenções aponta para a necessidade de "alargar o prazo de avaliação de riscos e análise de soluções" (como diz Maria Ondina Figueiredo). Segundo recentes notícias, estudos com esta finalidade, cuja condução é da responsabilidade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, estarão concluídos em Outubro deste ano. Até lá, alegadamente, a construção da barragem continuará em período de espera.

A região de Foz Côa não se pode reduzir ao binómio gravuras-barragem, como se ao Paleolítico se seguisse a Idade da Informação, logo pareceu-nos necessário fazer viver a região. No âmbito deste painel, estas colaborações (assinadas por Carlos Brochado de Almeida, Luís Miguel Duarte, Francisco Ribeiro da Silva e Gaspar Martins Pereira, professores da Faculdade de Letras da UP) são necessariamente sintéticas, mas permitem aperceber-nos da variedade patrimonial e vivencial daquela "terra de fim do mundo, que já foi o centro do mundo" nos dizeres de Luís Miguel Duarte, e de como o seu desenvolvimento moderno se apoia, além do comércio, nas plantas tintureiras e, contemporaneamente, no vinho, ambos objectos de exportação.

O painel encerra-se com o texto de António Figueiredo sobre as perspectivas de desenvolvimento de toda a região, equacionando neste processo a mais-valia da memória. Efectivamente, a barragem não se configura como um projecto regional, mas sim nacional. Uma vez recebidas as indemnizações pelos terrenos, eventualmente desenvolvidos alguns recursos hoteleiros e de lazer, o que resta à região, esquecidos ou perdidos os antigos vectores de desenvolvimento, alhás já em crise, como o vinho, e perante a importância de parar o escoamento das gentes para o litoral?

Côa: Cosmos ou Caos?

Vitor Oliveira Jorge

À memória de André Leroi-Gourhan, um dos expoentes das ciências humanas do nosso século, com quem tive a honra de poder encontrar-me, numa inesquecível entrevista sobre arte pré-histórica, no Collège de France, em Março de 1972, juntamente com Susana Oliveira Jorge, Maria de los Angeles Querol, Francisco Sande Lemos e Jorge Pinho Monteiro, do "Grupo Para o Estudo do Paleolítico Português".

Introdução: contextualizando

Neste momento, dia 9 de Abril de 1995, concluo a redacção do quinto texto de intervenção e esclarecimento sobre a urgente e grave situação do património histórico-cultural ameaçado no vale do Côa, no NE de Portugal.

O primeiro foi inserto num número especial da publicação "Phala", de Lisboa, dedicado ao assunto, que foi distribuído há dias. O segundo, escrito há mais de um mês, foi finalmente divulgado, em simultâneo (por razões que escaparam ao meu controlo) no "Público" e no "Jornal de Notícias" de 30 de Março p.p. O terceiro saiu a lume no mesmo dia, mas no jornal "Diário de Notícias". O quarto foi lido publicamente, e distribuído aos jornalistas, em conferência de imprensa realizada na Faculdade de Letras do Porto em 27 do mesmo mês, aquando da apresentação do vol. VII das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, e entregue pessoalmente a S. Ex.º o Presidente da República, a 29, dois dias depois (vide "Jornal de Notícias" de 18 de Abril de 1995). Isso, não contando com um poema que dediquei ao assunto e que foi também inserto na página de Cultura do "J.N.". Para eles remeto o leitor, para não ter de repetir, aqui, afirmações já reiteradamente assumidas. Todos esses textos poderão, aliás, vir a ser coligidos num Preâmbulo alargado com que tenciono abrir o VIII e último volume de Actas daquele Congresso, volume esse já em preparação, a editar até finais de 1995. E a minha contribuição para este caso — que é tão só uma, assumidamente modesta "até por falta de tempo", entre muitíssimas outras, e que não tem incluído apenas intervenções escritas, mas inúmeros contactos pessoais, muitas declarações para a rádio e televisão, deslocações a Foz Côa, Lisboa, etc. — não ficará, espero, por aqui, a não ser que algo de imprevisivelmente drástico me aconteça.

Aqueles que porventura contam com o esmorecimento progressivo, por via do cansaço, dos que têm lutado, com gasto pessoal de tempo, energia e dinheiro, pelos valores espirituais do rio Côa, que não são só valores da nossa pátria, mas também do Mundo, que se desenganam. Só pararemos no nosso empenho

quando as obras da barragem de Foz Côa forem de facto interrompidas, quando os responsáveis políticos proclamarem claramente a decisão que se impõe (embora saibamos que não é fácil de tomar), e quando virtuosos estudos científicos condignos, interdisciplinares e internacionais, serem iniciados por uma equipa credível e a funcionar em condições proporcionais ao tamanho e seriedade do trabalho a realizar, tal como aconselha o relatório dos peritos da UNESCO chegado a Portugal nos inícios de Março de 1995.

Nós, arqueólogos, mas também pessoas dedicadas à cultura e à ciência, e cidadãos despertos em geral, queremos continuar a poder viver de cabeça erguida no nosso país, que não desejamos ver reduzido a uma paisagem monótona e desqualificada, uma periferia triste, um conjunto de não-lugares.

Não aceitamos, pois, qualquer situação de menoridade cultural ou cívica, dominada por factos consumados e por visões de curto prazo, ou interesses parcelares, procurando ilegitimamente impor-se — porque dispõem de informação em primeira mão e, temporariamente, do poder de decidir — ao interesse geral, à conservação e promoção da nossa memória colectiva. Não pensamos possuir o monopólio de qualquer “verdade”, nem encaramos quem pensa ou actua de outro modo como estando automaticamente de má fé. Queremos apenas o diálogo, os dados sobre a mesa, a partilha de responsabilidades e de meios de decidir. Não aceitamos que haja assuntos “tabu”, só discutíveis por “técnicos”, nem a arrogância de alguns que, por ocuparem postos de poder, até se permitem ironizar em relação a valores que lhes deveriam merecer melhor respeito. Esse é o espírito da verdadeira democracia, algo de tão frágil e de tão permanentemente ameaçado como a saúde dos indivíduos, se estes não forem agentes intervenientes, activos e informados. Tal democracia disputa-se e conquista-se todos os dias, em todas as instâncias, e não apenas no acto periódico, solene, anónimo, de votar, porque este é tão só o resultado de um menor ou maior esclarecimento público, que deve processar-se quotidianamente.

Qualquer que seja o desfecho deste, em grande parte, triste episódio da história da nossa Arqueologia, estou convencido, sem receio de exagero, de que haverá uma fase pré-Côa, e uma fase pós-Côa, dessa mesma história. E esta última tirará as devidas conclusões sobre a actuação dos vários intervenientes no processo.

Recuada em relação às espectaculares campanhas mediáticas, a Universidade, sítio de reflexão e sede de saber (não de todo ele, nem de longe, evidentemente), tem sempre uma palavra a dizer sobre as grandes decisões do país, e, neste caso, pode contribuir significativamente para que a Arqueologia adquira, de uma vez por todas, direito de cidade na sociedade portuguesa. Intolerável, de facto, seria que a comunidade universitária cruzasse os braços e não procurasse, com a competência que lhe é própria, contribuir para o esclarecimento científico das questões envolvidas no processo, por

natureza interdisciplinares. Seria um triste espectáculo de demissão, de anquilosamento, nomeadamente por parte de uma Universidade como a do Porto, que quer intervir activa e positivamente no meio em que se insere. A atitude científica e a prudência e rigor que a caracterizam não podem ser estratégias para o “deixar andar”, que objectivamente é uma posição muito activa de reforço do *status quo*, de legitimação de posições de domínio de uns valores e interesses em relação a outros. Não há saberes neutros meus senhores, a sua apresentação como tal é apenas um lance de jogo (ingénua) para tentar neutralizar saberes (e portanto poderes) alternativos! E quando aquele *status quo* está mal, ou menos bem, ou é pelo menos controverso, pois que se abra o debate e que todos possam, com compostura e respeito mútuo, exprimir-se.

Não importa (nem seria desejável, ou evidentemente possível) que, sobre tão magna questão como esta do Côa, todos estejamos de acordo. Interessa porém que este caso não seja considerado como um “assunto dos arqueólogos”, vistos como uns “fundamentalistas” do património sem a noção das realidades, nem capacidade de diálogo com outros parceiros sociais, sejam eles técnicos da EDP, economistas, engenheiros hidráulicos, especialistas em conservação, autarcas, políticos, técnicos de Parques naturais, populações interessadas, ou outros.

Por isso há algum tempo tenho trabalhado (inclusiveamente solicitando colaborações várias) para que este **Boletim** da Universidade do Porto — verdadeiro “cartão de visita” da Escola a que, há mais de 20 anos, me orgulho de pertencer — dedique um “dossier”, como aquele que aqui se concretiza, ao assunto do Côa, no que encontrei sempre toda a receptividade por parte dos seus responsáveis, incluindo o Reitor.

A arte parietal paleolítica: uma história de controvérsias

Podemos dizer que o respeito pelas manifestações artísticas do Paleolítico superior e a admissão do seu interesse têm constituído, desde meados do séc. XIX, um parto difícil. Fácil é distinguir, nesse processo, três grandes etapas: a da arte móvel (conhecida desde os anos 60 do séc. passado, e a primeira a ser aceite), a da arte parietal das grutas (admitida na sua autenticidade a partir dos fins do séc. XIX, inícios do séc. XX, após intensa polémica) e a da arte parietal de ar livre, que principia a ser valorizada nos inícios dos anos 80 do nosso século, e na qual o Côa vem jogar um papel excepcional.

A partir de 1861, as escavações de Lartet na região da Dordogne, no Sudoeste da França, demonstraram à exaustão que durante o Paleolítico Superior se tinham produzido numerosos objectos com interesse artístico: tais peças apareciam em camadas arqueológicas que datavam dessa época. Um primeiro pata-

mar da compreensão da relativa complexidade dos homens e mulheres de há milhares de anos tinha sido atingido: esses “selvagens” da última glaciação, embora caçadores e nômadas, tinham sido capazes de nos deixar uma imagem dos animais seus contemporâneos nos pequenos objectos que os acompanhariam nas suas digressões.

Em 1879, o espanhol Marcelino de Sautuola detectou as pinturas parietais de Altamira, em Santander; acreditou serem paleolíticas, mas quem as viu primeiro foi sua filha, que para elas chamou a atenção do pai, ocupado nas escavações da gruta. Eis como o olhar desprevenido de uma criança pode, às vezes, estar mais atento do que o de um adulto. Porém, a maioria dos investigadores não deu crédito à revolucionária descoberta. Foi preciso um amadurecimento das mentalidades, que caminhou a par com a revelação de numerosas outras grutas pintadas e gravadas no Sudoeste da França. Tal movimento desembocou em 1901 num trabalho de Breuil e de Capitan intitulado “As grutas com paredes gravadas ou pintadas na época paleolítica”. Até E. Cartailhac (autor de uma obra sobre a Pré-história da Península Ibérica, que esteve em Portugal aquando do famoso congresso internacional de 1880) acabou por se render à evidência, publicando, em 1902, um texto significativamente intitulado “Mea culpa de um céptico”. A arte parietal paleolítica, à qual pertencem autênticas obras-primas da história da pintura, gravura ou escultura (como as da conhecida gruta de Lascaux, só encontrada em 1940) passou a ser uma realidade aceite pela generalidade dos investigadores, permanentemente enriquecida, até ao momento presente, com novos achados, por vezes espectaculares. Nenhuma história da arte universal deixa de lhe consagrar o seu primeiro capítulo; é um dos temas da Pré-história (juntamente com o das origens do “homem”) que mais fascina o público, incorporando-se, desde os bancos do liceu, na mais elemental cultura geral de um cidadão médio.

Um dos aspectos que mais surpreendem neste “ciclo artístico”, que dura uns 20.000 anos (de há cerca de 30.000 anos a cerca de há 10.000) é, como acentuou Leroi-Gourhan, a sua relativa unidade ao longo do tempo e do espaço, uma vez que se estende da área franco-cantábrica (onde hoje se conhecem umas três centenas de grutas) até aos Urais. Porém, na Europa central e oriental o que predomina largamente é a “arte móvel”, havendo também de ter em consideração as dispersas manifestações em ambiente mediterrânico, de que as da Meseta Ibérica (incluindo o Côa) fazem geograficamente parte. Tal unidade não exclui inúmeros regionalismos, nem o facto de que, para apenas considerar as grutas, cada sítio seja um “caso” próprio, de modo algum redutível a apressadas generalizações.

Se em investigação nenhum “dossier” se pode fechar definitivamente, então em arte paleolítica podemos dizer que estamos perante um dos mais complexos e interessantes problemas que

permanentemente nos abre o estudo da história da humanidade. De facto, trata-se dos primeiros testemunhos da expressão artística, sinal de que o *Homo sapiens sapiens* do Paleolítico Superior era já, num certo sentido, um ser moderno e complexo, capaz de sobreviver nos mais diferentes meios ambientes, provavelmente integrado em formas embrionárias de hierarquização social, e dotado de um pensamento estruturado, organizado em mitologias que davam um sentido de conjunto ao mundo que o rodeava — um cosmos. Mundo esse que, muito provavelmente, não era percebido como uma “realidade exterior”, objecto da acção humana (como acontece connosco hoje), mas como uma envolvente em que animais, plantas, todas as realidades animadas e inanimadas da Natureza fariam um todo com as comunicações humanas, simbolizadas como fazendo intrinsecamente parte dessa envolvente, e actuando de acordo com o que se julgaria serem as suas regras. Ou seja, toda a realidade estaria impregnada de sacralidade, de que os seres humanos eram apenas uma parte, não fazendo sentido a acção dos indivíduos fora de um quadro explicativo onde as grandes entidades ou princípios do cosmos seriam representados por certos animais, acompanhados de sinais esquemáticos e de figuras humanas, estas por vezes muito estilizadas ou mesmo híbridas.

Porém, estas ideias, que hoje são lugar-comum entre os investigadores — e que substanciam a chamada de atenção para a importância do contexto no estudo e conservação desta arte, quer ela se apresente em grutas, quer ao ar livre, como espantosamente ocorre no caso do rio Côa — levaram décadas a impor-se. Quando os primeiros investigadores chegaram a um acordo sobre a autenticidade da arte paleolítica, tanto parietal como móvel, abriu-se o campo dos debates sobre o seu significado, a sua motivação.

A segunda metade do séc. XIX e os inícios do século actual são dominados pela ideia da “arte pela arte”, isto é, a de que a intenção dos artistas-caçadores era puramente “estética”, como se se tratasse



Rio Côa, foz do Ribeiro das Piscas

de autores nossos contemporâneos. Por detrás dessa negação da religiosidade da primeira arte estavam posições características de um certo racionalismo anti-clericalista, típico da época. Ainda em 1900 Girod e Masséat podiam escrever: "(...) para além de desenhos destinados à ornamentação dos ppendentes, punhais e diversos outros instrumentos, existem desenhos gravados com o fim de realizar uma obra puramente artística, como os quadros que fazemos hoje para corresponder a aspirações elevadas, sem outra finalidade que a da satisfação artística mais pura".

No entanto, em 1903, Salomon Reinach, conhecedor de história das religiões e ciente de novos dados provenientes da antropologia de campo, publica um artigo fundamental intitulado "A arte e a magia", em que vai revolucionar este campo de estudos, mostrando que a arte paleolítica tinha tudo menos de gratuito, sendo antes o vestígio material de crenças e de ritos que povos "primitivos" actuais ainda hoje ilustrariam. Cai, porém, numa outra forma de simplismo redutor, querendo ver na magia da caça ou da fecundidade a motivação fundamental dos artistas paleolíticos. Perseguido os animais de que se alimentavam, e desejando assegurar a sua multiplicação e/ou a sua captura, os nómadas paleolíticos iriam deixando na pedra imagens que lhes permitiriam apropriar-se magicamente do objecto representado. Os animais figurados seriam como "feitiços", dispositivos de actuação indirecta sobre a realidade exterior. Reinach escreveria mesmo: "Esta arte não era pois o que é a arte para os povos civilizados, um luxo ou um jogo; era a expressão de uma religião muito grosseira, mas muito intensa, feita de práticas mágicas e tendo como único objectivo a conquista da alimentação quotidiana".

Ecos desta perspectiva que, como vimos, data do princípio do século que agora finda, são ainda hoje apresentados ao grande público como verosímeis por estudiosos portugueses actuais, como constatámos há dias no programa sobre o Côa intitulado "Rio Sagrado", emitido pela RTP 2. Nesse filme, aliás um trabalho de boa qualidade, nomes (ou ideias) de autores como Leroi-Gourhan ou Margaret Conkey (importante investigadora americana) não são citados uma só vez, talvez por se considerar que são demasiado complicados para o tal "grande público"; no entanto, vários manuais do ensino secundário já os referem há muitos anos. Quanto a mim, penso que todas as mensagens são transmissíveis, o que é preciso é encontrar o modo certo de o fazer, como qualquer publicitário nos poderá ensinar. Friso este ponto, não por vontade de criticar (embora construtivamente, claro) os dois colegas intervenientes naquele filme, mas porque ele é importante para a estratégia correcta de preservação e de valorização do Côa, como veremos adiante.

Que descobriu afinal Leroi-Gourhan de tão importante, nos anos sessenta? Através de um estudo sistemático — impossível de resumir aqui (remetemos o leitor para o seu livro "As Religiões da

Pré-história", Lisboa, Ed. 70, 1983, cap. IV) —, com recurso à estatística, de toda a informação disponível, realizou para a arte paleolítica aquilo que Lévi-Strauss vinha fazendo para o parentesco ou para os mitos. O mais importante não é o que directamente se vê (empirismo vulgar), mas o "campo de possibilidades" que subjaz aos fenómenos, as estruturas que regem a sua manifestação sensível. Leroi-Gourhan esquematizou a "gruta ideal" em várias unidades topográficas, verificando que "temas" apareciam associados, e de que modo, a cada uma dessas localizações tipificadas. Chegou assim à conclusão de que as grutas são monumentos, santuários organizados segundo uma ideia de conjunto, e não simples "amontoados" caóticos de figurações realizadas com um objectivo momentâneo, fosse ele motivado por razões "estéticas" ou de "magia simpática". Nada impede, aliás, que esses dois objectivos estejam presentes; mas eles não esgotam o sentido principal desta arte (esta nova teoria "regionaliza" ou, se quisermos, relativiza as anteriores, ultrapassando-as, sem as eliminar — diz apenas que elas "explicam" pouco).

Longe de reproduzir a fauna que rodeava o homem paleolítico, a temática da arte é selectiva, o que evidencia o seu simbolismo. Há espécies muito mais representadas do que outras. Mais de metade dos temas tratados dizem respeito ao cavalo e a bovídeos (bisontes e auroques), bem como a sinais esquemáticos. Estes últimos são divididos em dois grandes grupos: sinais "cheios" (considerados estilizações do sexo feminino) e sinais alongados (de conotação masculina). Ora, o que se verifica é que os "motivos centrais" dos painéis, ou seja, das melhores superfícies decoradas, são os bovídeos, acompanhados do cavalo. É esse par bisonte (ou boi) e cavalo, justaposto a um tema macho-fêmea (dado pelos sinais), o principal "assunto" da arte paleolítica. Já animais como o cabrito-montês, veado e corça, ou mamute e rena, ocorrem principalmente nas periferias. O facto, por exemplo, de sinais alongados ocorrerem com frequência nas proximidades de fendas ou divertículos (em cujo interior há por vezes sinais femininos) dá lugar à suspeita de que essas áreas reconçavadas das grutas simbolizariam o próprio princípio feminino, se é que toda a caverna, invaginação natural, não seria, ela própria, conceptualizada como tal.

A questão, no conjunto, é muito mais complexa e diversificada, mas o ponto essencial é o de que, a partir de Leroi-Gourhan, nunca mais os estudos de arte paleolítica puseram em causa a profunda relação religiosa desta arte, o facto dela conotar todo o espaço em que se insere com uma significação estruturada, em suma, o de só podermos compreendê-la se percebermos que nada, nela, acontece por acaso, sendo tão importantes as superfícies figuradas como as "lisas", as representações elas mesmas como os suportes em que se inserem e a totalidade do espaço em que se inscrevem.

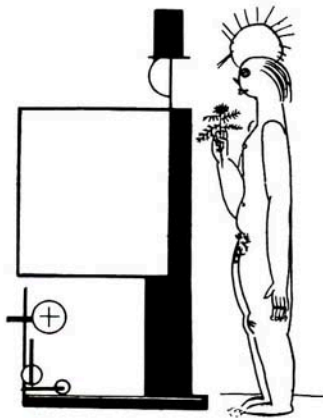


Gravuras rupestres, sítio da Penascosa (Castelo Melhor)

Concluindo

Até aos anos 80 do nosso século, esses espaços eram fundamentalmente subterrâneos. Agora, pela primeira vez, surge aos nossos olhos toda uma paisagem sagrada, significativa, um imenso santuário de ar livre, em Portugal, no rio Côa, com continuidade em Espanha, em Siega Verde, no rio Águeda e, certamente, também em Mazouco, no Douro. Em qualquer dos casos, gravuras e rio, qual grande gruta ao ar livre, formam um todo indissociável, uma globalidade que nos tira toda a possibilidade de conjugar uma mega-barragem com a sua preservação. Aqui, o monumento é todo o vale do Côa. É preciso que os decisores compreendam isto com inteligência, e com urgência, pois quaisquer outras tentativas de "conjugar", aqui, a falsa dicotomia "cultura" e "progresso", estão votadas ao fracasso. Nem soluções de tipo Assuão — completamente ultrapassadas no tempo, em termos de filosofia de conservação —, cortando rochas e deslocando-as para outros sítios, nem o afogamento das manifestações artísticas, desprovendo-as da maior valência que é o próprio vale, são aqui aplicáveis. Cultura e progresso são, no Côa, não só articuláveis, como verdadeiramente potenciadores de uma nova forma de cultura e de uma nova forma de progresso, retroagindo positivamente um sobre o outro. Um grande Parque natural e arqueológico é a resposta, à semelhança de outros existentes nos Estados Unidos, Austrália, França ou Itália.

Tenham paciência, mas neste caso não podemos continuar a adiar a solução incontornável. Segundo o jornal "Público" de hoje, o Sr. Ministro Mira Amaral, confrontado com o destino a dar ao santuário do Côa, teria afirmado: "Santuário, só conheço um, o de Fátima". Espero que, se tiver a oportunidade de ler este meu texto, se lembre de que santuários existem muitos, na nossa e noutras religiões, quer actuais quer passadas. E que esses sítios — todos esses sítios —, como lugares onde homens e mulheres oraram, em qualquer momento do espaço e do tempo, a algo que sentiam que os transcendia, nos devem merecer respeito. Podemos não crer em Deus, mas todos somos religiosos. Desde há muitos milhares de anos. É uma herança, e característica, únicas da nossa espécie. Os arqueólogos, como quaisquer cidadãos de cultura mediana, podem ensinar isso aos que, aparentemente fechados no seu auto-conhecimento, parecem não os querer ouvir. Ouçam então ao menos os milhares de jovens que, neste momento, aludem a Foz Côa, mostrando que não desejam um futuro em que a felicidade e a beleza da vida sejam sacrificadas ao pseudo-progresso de uma tecnocracia sem alma. Não transformemos em caos o que já foi um cosmos, símbolo da união íntima do ser com a paz e a alegria.



O autor é Professor Catedrático do Instituto de Arqueologia da Faculdade de

Barragem de Vila Nova de Foz Côa Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Rupestre*

Nelson Rebanda

1. Introdução

O lançamento da construção da barragem de Vila Nova de Foz Côa, por parte da empresa EDP - Electricidade de Portugal, levou à intervenção dos serviços de arqueologia do ex-IPPC (Instituto Português do Património Cultural), posteriormente IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), com vista ao estudo e salvaguarda dos vestígios arqueológicos ameaçados pela construção deste aproveitamento hidroeléctrico.

Esta colaboração entre a entidade promotora da obra e o organismo da tutela surge na sequência das recomendações do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e após se ter verificado a existência de um considerável número de sítios de interesse arqueológico, de acordo com esse estudo prévio.

A filosofia de intervenção adoptada inscreve-se nos princípios decorrentes dos colóquios promovidos pelo Conselho da Europa, em Florença (1984) e Nice (1987), tendo por base a chamada "Arqueologia de Salvamento" ("Archéologie de Sauvetage", ou "Salvage Archaeology"), numa perspectiva de minimização do efeito das grandes obras públicas sobre o património arqueológico e construído.

Assim, foi formalizado um protocolo entre o IPPAR e o promotor, a empresa EDP, em 22 de Março de 1993, com vista ao aprofundamento do estudo da área da albufeira prevista da barragem de Vila Nova de Foz Côa até à conclusão da obra, apontada para 1998, assim como para eventual trasladação de valores culturais que se justificassem.

Eram inicialmente identificados no Estudo de Impacto Ambiental 68 sítios, com destaque para quatro locais com vestígios de pinturas pré-históricas do período calcolítico, dois possíveis *habitats* pré-históricos, quatro locais com vestígios do período romano e alti-medieval, e grande quantidade de estruturas rurais em fase de abandono.

Com o desenvolvimento dos trabalhos, sob a responsabilidade do IPPAR e em colaboração com a empresa EDP, um programa de pesquisa mais intensivo, que se encontra em curso, permitiu aumentar o número de sítios, com particular destaque para um vasto complexo de arte rupestre, desde o período paleolítico à Idade do Ferro, compreendendo diversos estilos e técnicas.

Além da arte rupestre, merecem atenção certas plataformas ou terraços fluviais susceptíveis de conter vestígios de *habitats* pré-históricos, e os locais com vestígios do período romano ou alti-medieval, que importa escavar.

De resto, as construções rurais, exceptuando algumas casas de quinta, são de tipo similar às que ainda hoje restam por toda a região (moinhos, pombais, currais, eiras e abrigos). Merecem, contudo, um registo criterioso, dentro de uma perspectiva patrimonial e de Arqueologia total, conforme os pressupostos científicos que orientaram este trabalho.

2. O complexo da arte rupestre do vale do Côa

2.1. Os achados

Aquando dos trabalhos de prospecção efectuados para a elaboração do capítulo sobre património arqueológico do Estudo de Impacto Ambiental, de autoria do Doutor F. Sande Lemos, haviam sido identificados seis sítios com arte rupestre pré-histórica, dos quais quatro possuíam pinturas e dois apresentavam gravuras da Pré-história recente e Proto-história.

Mediante a decisão da construção da barragem, levaram-se a efeito algumas deslocações esporádicas ao terreno em 1992, com início de trabalhos mais intensivos a partir da assinatura do referido protocolo, em 1993. Assim, em fase prévia, foram identificadas duas rochas com zoomorfos executados em traço fino, a jusante da barragem, no sítio de Vale de Moinhos — que, à falta de paralelos inequívocos, se consideraram inicialmente epipaleolíticos —, e outra rocha, a montante, com gravuras de tipologia claramente paleolítica, no sítio da Canada do Inferno (Fig. 1). Nada fazia prever a possibilidade de existência de outros vestígios contemporâneos nesta área até ao abaixamento do nível das águas do rio Côa, aquando da construção da enscadeira de montante e do túnel de desvio do rio, para efeito da construção da barragem de Vila Nova de Foz Côa. É de referir que o rio Côa é penetrado desde 1982 pelo regolito da barragem do Pocinho, no Douro, numa extensão de 6,5 quilómetros.

A circunstância desse abaixamento permitiu vislumbrar, por breve lapso de tempo, a existência de outras rochas com gravuras de tipologia paleolítica (Figs. 2 e 3) abaixo do nível actual do Côa (125,5 metros), não tendo sido possível efectuar-se mais do que algumas fotos e um registo em vídeo devido a um imprevisto caudal de cheia, que impossibilitou qualquer levantamento mais aturado. A partir daqui, e paralelamente às diligências efectuadas junto da EDP para um novo abaixamento até à cota natural, realizou-se uma prospecção sistemática desta zona, tanto na margem esquerda como na direita, por forma a determinar se a extensão do conjunto submerso alcançava cotas superiores.

* Este texto foi publicado previamente pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAP), em Maio de 1995, como separata do "Jornal IPPAR".

Até ao Verão de 1994 seriam apenas identificadas, na Canada do Inferno (margem esquerda), mais quatro rochas com gravuras de tipologia paleolítica, das quais se efectuaram decalques e outras formas de registo habituais em arte rupestre.

Um novo abaixamento não previsto do nível das águas do Cóa em fins de Outubro de 1994, embora relativo (cerca de 2,5 metros a 3 metros), permitiu observar algumas das rochas submersas, tendo-se conseguido melhorar o registo fotográfico e realizar o decalque de todos os painéis visíveis, alguns correspondendo a novas descobertas. Logo que se verificou esse abaixamento, foi elaborada uma nota de imprensa com vista a divulgação pública do achado.

Ainda no mês de Novembro e nos dias seguintes à subida das águas, a progressão para montante permitiria a detecção de mais duas rochas com gravuras paleolíticas, respectivamente em Vale Videiro (só uma figura, quase à superfície) e em Vale de Figueira, e outras duas no Ribeiro dos Piscos, afluente da margem esquerda do Cóa. Estes novos achados fizeram antever a possibilidade de o "santuário" paleolítico não se circunscrever a uma área localizada, podendo distribuir-se ao longo do rio, o que levou à alteração radical da estratégia de prospecção, agora direccionada apenas para a arte rupestre.

As prospeções desenvolveram-se igualmente para jusante da barragem, até à confluência do Cóa com o Douro, onde se localizaram algumas rochas com gravuras filiformes de tipologia paleolítica e outras, também filiformes, mas datáveis da Idade do Ferro, com particular destaque para o núcleo do Vale de José Esteves, subsidiário do Douro, embora próximo da foz do Cóa.

Em meados de Janeiro passado, o reconhecimento das pinturas na cauda da albufeira prevista, mencionadas no EIA, permitiu detectar aí mais um novo sítio associando gravuras de tipologia paleolítica com pinturas esquemáticas.

No final desse mês, pessoas da região identificavam o conjunto de gravuras da Penasosa (Castelo Melhor) e o painel dos três bovídeos a jusante da foz do Ribeiro dos Piscos, ambos de tipologia paleolítica (1).

Nos inícios de Fevereiro, igualmente o contributo de pessoas da região referenciava novas gravuras, estas da Idade do Ferro, em Vale dos Cabrões, próximo de Vila Nova de Foz Cóa (2).

Ainda no mês de Fevereiro, a equipa do Plano Arqueológico do Cóa (3) detectava mais três sítios com gravuras paleolíticas na Quinta da Barca, na margem oposta ao núcleo de Penasosa.

Em Março, novamente em Vale dos Cabrões, é localizada outra rocha com uma bela gravura epipaleolítica, representando um cervídeo (4).

É previsível que novos achados se venham a verificar, considerando que falta ainda prospectar, de forma sistemática, cerca de um terço da área da albufeira prevista. Do mesmo modo, há que ter em conta a possibilidade de novas ocorrências quando se proceder ao abaixamento do nível do rio até à cota natural.



1 Canada do Inferno. Gravuras paleolíticas em sobreposição (rocha 1).
2 Canada do Inferno. Gravuras paleolíticas (submersa pela albufeira de Pocinho).
3 Lago do Vale. Gravuras paleolíticas (submersa pela albufeira de Pocinho).

Por este breve apontamento se pode ver que a sucessão dos achados tem sido um processo cumulativo, em que os vestígios conhecidos até Novembro de 1994, além de reduzidos e esporádicos, não passavam da ponta de um iceberg maior, que continua em crescendo.

2.2. Breve caracterização

Como foi dito, o complexo de arte rupestre do vale do Cóa e vales adjacentes à sua confluência com o Douro comporta representações de diversas épocas, estilos e técnicas, do Paleolítico Superior à época histórica, até meados do séc. XX.

(1) As gravuras de Castelo Melhor foram detectadas pelo Sr. Adriano Ferreira, residente em Vila Nova de Foz Cóa, numa área que ainda não tinha sido prospectada pela equipa do Plano Arqueológico do Cóa. O painel da foz do Piscos foi detectado pelo Sr. António do Nascimento, Presidente da Junta de Freguesia de Muragata.

(2) As gravuras de Vale dos Cabrões foram detectadas pelo Sr. José Constâncio, residente em Vila Nova de Foz Cóa.

(3) A equipa permanente do Projecto Arqueológico do Cóa é constituída, ao momento, pelos técnicos auxiliares de Arqueologia João Carlos Morgado Félix e Manuel Fernandes Almeida, os responsáveis pela maior parte dos achados, bem como pela funcionária administrativa Zulmira Martins. Conto-se pontualmente com o apoio dos descriutores Fernando Barbosa e Teresa Fonseca.

(4) Gravura igualmente detectada pelo Sr. José Constâncio, acompanhado pelo Dr. António Sá Condião, arqueólogo de Vila Nova de Foz Cóa, que elabora a Carta Arqueológica deste concelho.

Predominam as gravuras em superfícies verticais de xisto, com uma única exceção, até ao momento, de gravuras executadas em zona de granitos. O maior número de pinturas reconhecidas encontra-se em paredes graníticas que apertam a cauda da albufeira prevista.

Embora a atribuição cronológica seja sempre discutível apenas com base em parâmetros estilísticos, poder-se-á tentar uma descrição diacrónica, necessariamente esquemática, por forma a caracterizar as existências reconhecidas até à data.

A primeira fase, datando do Paleolítico Superior (entre 20 000 e 10 000 anos) é, para já, a mais importante, caracterizada por numerosas representações de cavalos, bovídeos e caprídeos, em estilo naturalista, similar às imagens mais clássicas do ciclo franco-cantábrico (ver Fig. 1 a Fig. 7).

Até à data foram identificados quatro grupos principais de gravuras deste tipo, classificáveis genericamente da fase Perigordense ou Solutrense médio antigo (estilo II de Leroi-Gourhan) ao Madalense, com cerca de 25 rochas (5), acima do nível de influência da albufeira do Pocinho no rio Côa (cota de 126 m), havendo, pelo menos, mais de dez painéis submersos no sítio de Canada do Inferno e uma gravura entre Vale Videiro e Vale de Figueira.

O primeiro grupo (Canada do Inferno) encontra-se entre 450 e 800 metros a montante da barragem, o segundo (Vale de Figueira) a 2,5 quilómetros, o terceiro (Ribeiro dos Piscos/Quinta dos Poios) a 3,5 quilómetros e o quarto (Penascosa/Quinta da Barca) a 6,5 quilómetros.

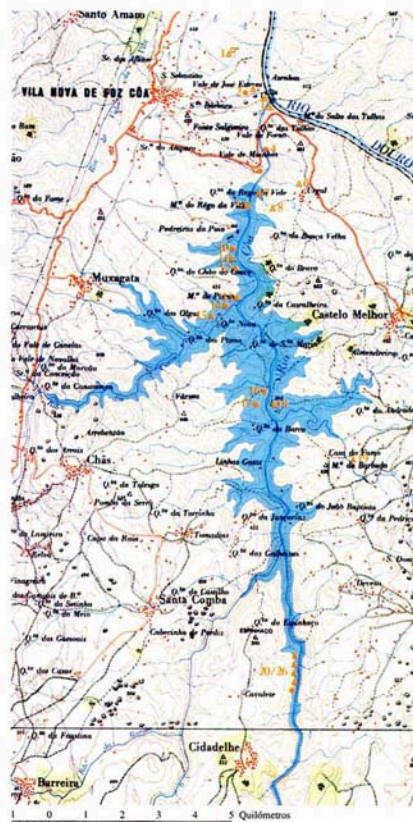
Como se disse atrás, a temática dominante desta fase é essencialmente animalista, com aparente ausência de signos, e uma única representação humana, recém-descoberta no Ribeiro dos Piscos. De notar ainda uma enigmática estrutura composta por dois escalariformes, ligados na base por um traço horizontal e no topo por uma linha convexa, penteado (espécie de trapézio), que pode ser interpretada como armadilha ou tectiforme.

Os animais dominantes da arte paleolítica do Côa parecem ser o cavalo e o bovídeo (auroque), talvez com maior percentagem deste último, que chega a ser exclusivo em certos locais (Vale de Figueira e foz do Piscos). Por seu lado, o caprídeo, escassamente representado na Canada do Inferno e ausente nos outros grupos, aparece em força no núcleo de Penascosa e especialmente na Quinta da Barca (Figs. 4 e 5), onde é praticamente exclusivo. Quanto aos cervídeos, há a considerar um possível veado, em sobreposição existente numa das rochas submersas da Canada do Inferno, e um belo rangífero, submerso, entre Vale Videiro e Vale de Figueira. Outro cervídeo, sem hastes (possível fêmea), executado em traço fino, por abrasão, aparece na rocha 2 do Ribeiro dos Piscos.

As técnicas de gravação variam entre a picotagem e a abrasão,

(5) Considera-se "rocha" um suporte de superfície contínua, com espaçamento inferior a um metro relativamente a outros blocos contíguos e em que a base pertence ao mesmo afloramento. Cada rocha pode suportar vários "painéis". Estes são compostos por uma ou várias gravuras, isoladas ou em sobreposição.

Arte rupestre pré e proto-histórica do vale do Côa e envolventes

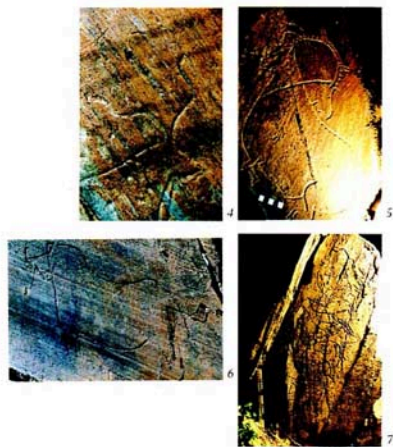


- Gravuras de tipologia paleolítica
- Gravuras de tipologia epipaleolítica
- ▲ Pinturas do Neolítico-Idade do Bronze
- Gravuras filiformes da Idade do Ferro

Base cartográfica: Carta de Portugal, I.G.C., Esc. 1:100.000 (redução de 25%)

Sítios detetados até Março de 1995:

1. Vale do Cabreiro (V.N. Foz Côa); 2. Vale de José Estêvão (V.N. Foz Côa); 3. Foz do Côa/Fonte Freixo (Castelo Melhor); 4. Beirina (Castelo Melhor); 5. Vale dos Meninos (V.N. Foz Côa); 6. Meijóvão/Orgal (Castelo Melhor); 7. Canada do Amendil I (Castelo Melhor); 8. Canada do Amendil II-IV (Castelo Melhor); 9. Canada do Inferno/Rego da Vide (V.N. Foz Côa); 10. Vale Videiro (V.N. Foz Côa); 11. Vale de Figueira II (V.N. Foz Côa); 12. Vale de Figueira I (Muxagata); 13. Foz do Piscos/Quinta dos Poios (Muxagata); 14. Ribeiro dos Piscos I (Muxagata); 15. Ribeiro dos Piscos III (Muxagata); 16. Quinta da Barca I-II (Chã); 17. Quinta da Barca III (Chã); 18. Penascosa (Castelo Melhor); 19. Ribeirinha (Almendra); 20/26. Faisa I-VI (Cidade) (Cidade)



4 Quinta da Barca I. Gravuras paleolíticas, de sulco profundo e filiformes.
 5 Quinta da Barca III. Gravura paleolítica. Caprídeo com cabeça em dois movimentos.
 6 Ribeiro dos Piscos I. Gravuras paleolíticas. Cavalos de cabeça enlaçada.
 7 Penascosa. Gravuras paleolíticas em sobreposição (rocha 3).

por vezes as duas conjugadas (picotagem regularizada por abrasão). Pelo menos na rocha 3 do núcleo de Penascosa (Castelo Melhor), a técnica de abrasão, em sulco profundo, comum a um grupo de bovídeos, sobre põe-se a uma cabeça de cavalo executada por percussão.

As dimensões dos animais de estilo clássico podem variar entre os 15 centímetros, como acontece com dois caprídeos de uma das rochas de Penascosa (Castelo Melhor) ou o pequeno touro de Vale de Figueira, e cerca de 1,80 m, como no caso dos grandes bovídeos da foz do Ribeiro dos Piscos (Quinta dos Poios) ou de um cavalo de uma das rochas submersas da Canada do Inferno. Contudo, a norma situa-se entre os 40 e 50 centímetros de extensão, da extremidade do focinho à parte média da cauda.

A distribuição das figuras no conjunto das rochas pode acontecer isoladamente, ou em associações (não sobrepostas), como a rocha dos dois bovídeos da Canada do Inferno, em sobreposições parciais, como no caso da cena de acasalamento dos dois equídeos

do Ribeiro dos Piscos (Fig. 6), ou ainda em sobreposições mais ou menos densas, como na rocha 1 da Canada do Inferno (Fig. 1) e na rocha 3 de Penascosa (Fig. 7).

Em associação com estas gravuras, executadas em traço mais largo, surge, por vezes, grande quantidade de finos traços que, se em alguns casos serviam de esboço ou complemento aos anteriores, noutros desenham formas nem sempre perceptíveis. A sua análise requer um paciente trabalho de decalque e o recurso a luz artificial, num processo necessariamente moroso.

Sendo de admitir que alguns destes traços sejam contemporâneos das gravuras de traço largo, outros há que definem um estilo grafitado, possivelmente mais tardio, de zoomorfos de corpo preenchido por finos traços, que tem vindo a ser situado no período Madalenense. Alguns destes exemplares apresentam uma extraordinária semelhança com algumas descobertas recentes de Domingo Garcia (Segóvia) (6), onde até há poucos anos só era conhecido um cavalo gravado por picotagem.

No vale do Côa, as primeiras figuras incisas com preenchimento de traço múltiplo foram detectadas no Vale dos Moínhos (duas rochas com zoomorfos), a jusante da barragem, e na Canada do Amendal, num pequeno painel localizado sob um abrigo, na margem direita, a montante da barragem. Outras figuras idênticas viriam a encontrar-se na Canada do Inferno (cavalo ou cervídeo?) e no vale de José Esteves (veado).

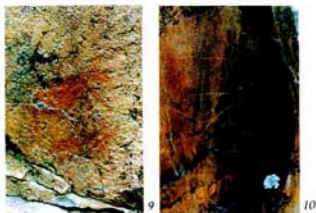
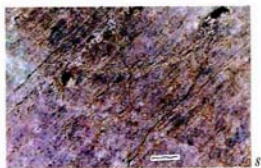
Outros traços lineares cervico-dorsais, de estilística paleolítica, surgem numa rocha de Vale dos Cabrões (fora da albufeira) e em Broeira (a jusante da barragem).

Merecem referência à parte, pela sua especificidade, as gravuras de Faia VI, na cauda da albufeira prevista, gravadas numa parede granítica e associadas a pinturas esquemáticas da pré-história recente. Contudo, as gravuras, muito esbatidas pela erosão e pelos líquenes, correspondem tipologicamente ao período paleolítico e representam dois bovídeos afrontados, além de uma sequência de quatro cabeças de bovídeo apontadas em direcção ao chão. Uma das cabeças encontra-se inserida num ressalto da rocha, onde os pigmentos de ocre se conservaram melhor, nomeadamente no preenchimento do sulco gravado, o que também é perceptível nas outras figuras fora desse resguardo.

Sem excluir a hipótese de que toda a pintura pudesse ter sido realizada em período posterior, na pré-história recente, o facto de certos traços pintados acrescentarem pormenores não gravados sugere a possibilidade de um dos momentos pictóricos ser contemporâneo das gravuras. Estas apresentam um polimento do traço que lhe confere um perfil em U.

Aparentemente no seguimento da fase paleolítica, foram observadas na Canada do Inferno algumas gravuras já submersas pela albufeira do Pocinho, de estilo sub-naturalista, gravadas por picotagem. Um painel localizado pouco acima do nível antigo do

(6) Sergio Ripoll Lopez, Luciano José Muncio González, "Un grand ensemble d'art rupestre paléolithique de plein air dans la Meseta espagnole", *INORA, International Newsletter on Rock Art*, n.º. 7, 1994, pp. 2-5.



8 *Canada do Inferno*. Gravura epipaleolítica. Caprídeo executado por picotagem.

9 Faia I. Pinturas neolíticas(?), representando dois zoomorfos.

10 Mejação/Orgal. Gravuras da Idade do Ferro, representando duas figuras equestres.

do Côa é particularmente abrupto, formando um "canyon" quase inacessível.

As pinturas de Faia localizam-se em paredes verticais (Faia I, II, IV e VI), num abrigo sob pala (Faia III) e num ressalto de rocha (Faia V). Os motivos figurados representam zoomorfos sub-naturalistas (Fig. 9) e antropomorfos esquemáticos e sub-naturalistas. Uma destas rochas comporta as gravuras de tipo paleolítico atrás referidas. Ficam todas abaixo do nível da albufera prevista.

Da Idade do Ferro foi detectado também um expressivo conjunto fora do alcance da albufera do Côa, tanto no sítio já referido do Vale de José Esteves, junto do Douro, como no Vale de Cabrões, próximo de Vila Nova de Foz Côa, e ainda uma rocha perto da povoação de Orgal (Fig. 10), na imediação do estaleiro da barragem. Os motivos presentes são representações equestres, de homens, animais e símbolos, de linhas angulosas, com elevado grau de estilização.

Estas gravuras, filiformes, apresentam particular analogia com as do Vale de Caniães (Vale da Casa ou Vale da Cerva), muito próximas da foz do Côa, e que foram estudadas por António Martinho Baptista antes de serem submersas pela albufera do Pocinho em 1982 (9).

Existem ainda, um pouco por todo o vale, diversas gravuras da época histórica, do século XVII até ao século XX, localizadas preferencialmente junto das pré-históricas, e que se revestem de bastante interesse do ponto de vista etnográfico.

2.3. Problemas e perspectivas

Considera-se extremamente prematura qualquer conclusão relativa ao complexo artístico do Vale do Côa antes da conclusão da prospeção intensiva do campo e do levantamento circunstanciado dos conjuntos já detectados.

Pode-se dizer, no entanto, que este conjunto de arte rupestre paleolítica é, de momento, o maior que se conhece ao ar livre na Europa Ocidental, o que rompe com a ideia de uma arte essencialmente cavernícola. Isto era algo que, ainda em Novembro último, não era previsível, já que se conheciam apenas escassos sítios com arte paleolítica ao ar livre. Tanto Mazouco (Freixo de Espada-a-Cinta), como Domingo Garcia (Segóvia, Espanha), ou Fornols-Haut (Campôme, França) (10) comportavam rochas únicas. A única excepção parecia ser Siega Verde, com 12 núcleos numa extensão de cerca de 1 km, em 1991 (11). Entretanto, sabe-se agora que a retoma da investigação em Domingo Garcia ampliou para 12 km a área com arte paleolítica conhecida (12).

Em termos regionais tem-se associado o vale do Côa a outras manifestações artísticas paleolíticas mais próximas, como sejam Mazouco (13) e Siega Verde, em ordem a consagrar uma "nova

(7) António Martinho Baptista, *A rocha F-155 e a origem da arte do Vale do Tejo*, Porto, 1981.

(8) Mário Varela Gomes, "A rocha 49° de Fratel e os períodos estilizado-estático e estilizado-dinâmico da arte do Vale do Tejo", *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. 1, Lisboa, 1990, pp. 151-177.

(9) António Martinho Baptista, "O complexo de gravuras rupestres do vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)", *Aquologia*, n.º 8, Dez. 1983, pp. 57-69.

(10) Paul Bahn, Jean Vertut, *Images of Ice Age*, New York/Oxford, 1988, pp. 111-113.

(11) Rodrigo de Balbin Behrmann, Javier Alcolea González, Manuel Santonja, Rosario Pérez Martín, Siega Verde (Salamanca). Yacimiento artístico paleolítico al aire libre." *Del Paleolítico a la Historia*, Museo de Salamanca, 1991, pp. 33-48.

(12) Sergio Rigall López, Luciano Manrico González, Francisco J. Muñoz Ibañeta, Sara Pérez Martín, José R. López Moreno de Rodero, "El cerro de San Isidro en Domingo Garcia. Nuevos descubrimientos", *Revista de Aquologia*, n.º 157, Maio 1994, p. 14.

(13) Susana Oliveira Jorge, Vitor Oliveira Jorge, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Maria de Jesus Sanchez e Teresa Socorro, "Gravuras rupestres de Mazouco", *Aquologia*, 3, Porto, 1981, pp. 3-12 e, mais recentemente, Mário Varela Gomes, "Escoaral et Mazouco", *Les Dousses d'Archéologie*, 198, Nov. 1994, pp. 4-9.

provincia artística", dentro deste período, e na Europa Ocidental. Tal como nestes casos, também no vale do Côa o elemento fluvial está presente e a exposição preferencial das gravuras é o nascente (14). O Côa, como o Águeda, são rios que correm para norte, pelo que a nota dominante é a implantação dos conjuntos gravados na margem esquerda, apesar da excepção do conjunto de Penascosa, na margem direita do Côa.

Este facto, juntamente com o maior número de caprídios no conjunto Penascosa/Quinta da Barca, leva a colocar a hipótese de se estar em presença não de um santuário (que envolvesse a totalidade do rio), mas de mais de um santuário, o que aliás também parece acontecer em algumas grutas (15). No entanto, o facto de a associação cavalo-bovídeo estar patente em dois grandes núcleos e cada uma das três espécies mais representadas (cavalo, bóvidos, caprídios) formarem núcleos monotemáticos ao longo do vale, pode levar-nos a perceber este espaço como um único santuário, em que o rio funcionaria como galeria axial e os alvéolos de alguns ribeiros como divertículos laterais, tal como num sistema de gruta.

Esta questão remete, naturalmente, para uma outra, que é a da cronologia dos conjuntos e, dentro de cada conjunto, de cada gravura, por forma a chegar à construção de todo o sistema artístico, com as suas continuidades e rupturas.

Tudo quanto se possa dizer neste momento é especulativo. Só depois do levantamento total dos conjuntos artísticos, caso a caso, com implantação topográfica por núcleo e no contexto do vale, se poderá dispor de uma base mais sólida de reflexão.

Por outro lado, é necessário identificar a presença de *habitats*, correlacionáveis com as gravuras, por forma a definir a espacialidade subjacente ao sistema artístico e ao sistema regional mais global. Para já, a distribuição dos conjuntos ao longo do vale, na fase anterior aos filiformes datáveis genericamente do Madalense, com grandes figuras bem marcadas e visíveis à distância, parece indicar formas de culto colectivo, admitindo a função religiosa assinalada por Leroi-Gourhan, sem o intimismo recôndito das grutas.

A exposição preferencial das rochas a nascente e a associação dos animais ao rio, sugerindo uma veneração das águas correntes (16), podem concorrer para a ideia de estarmos em presença de um rio sagrado (17). Ou será, antes, que o sagrado e o profano estaríamos de tal modo imbricados que é possível terem produzido, nas imediações de outros rios da região, ou fora dela, outros complexos artísticos análogos?

A resposta a esta e outras questões tem que ser necessariamente procurada no terreno, não em função de barragens, mas através de um trabalho sistemático e persistente.

Por fim, acresce dizer que a grande importância do complexo rupestre do Côa advém não tanto da densidade (estatísti-

camente provável) de rochas gravadas, pois não se equipara aos grandes complexos pós-glaciares (do tipo do vale do Tejo, Valcamonica, ou Mont Bégo), mas do extenso período de gravação, ininterrupto ou não, que, de maneira inédita, associa num mesmo espaço representações paleolíticas e pós-glaciares. A novidade deste facto, associada ao extraordinário paralelismo de duas figuras para já conhecidas, na Canada do Inferno e em Vale dos Cabrões, com motivos do vale do Tejo, permitirá relançar a questão das origens da arte pós-glaciar e do progressivo esquematismo das formas, que culmina nos conjuntos pictóricos da Pré-história recente.

Bibliografia:

- Actas do Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica, nos 25 anos da descoberta do Escoural, *Almanac, rev. de Cultura*, n.º 7, 1989.
- Arte rupestre em Espanha*, Ed. Zugarto Ediciones, Madrid, 1987.
- Paul Bahn, "Histoire d'eau: l'art pariétal pré-historique des Pyrénées", *Travaux de l'Institut d'Art Pré-historique*, XXII, Univ. de Toulouse Le Mirail, 1980, pp. 129-135.
- Paul Bahn, Jean Vertut, *Imago of ice age*, New York/Oxford, 1988, pp. 111-113.
- Rodrigo de Balbín Behrmann, Javier Alcolea Gonzalez, Manuel Santonja, Rosario Pérez Martín, "Siega Verde (Salamanca). Yacimiento artístico paleolítico al aire libre." *Del Paleolítico a la Historia*, Museo de Salamanca, 1991, pp. 33-48.
- António Martinho Baptista, *A rocha F-155 e o origem da arte do Vale do Tejo*, Porto, 1981.
- António Martinho Baptista, "O complexo de gravuras rupestres do vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)", *Arqueologia*, n.º 8, Dez. 1983, pp. 57-69.
- Jean Clottes, Jean Courtin, *La grotte Cosquer*, Ed. Seuil, Paris, 1994.
- Mário Varela Gomes, "A rocha 49" de Fratel e os períodos estilizado-estático e estilizado-dinâmico da arte do Vale do Tejo", *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, vol. 1, Lisboa, 1990, pp. 151-177.
- Mário Varela Gomes, "Escoural et Mazouco", *Les Dossiers d'Archéologie*, 198, Nov. 1994, pp. 4-9.
- Historia de España, vol. 1 - Prehistoria*, Ed. Gredos, Madrid, 1986.
- Susana Oliveira Jorge, Vitor Oliveira Jorge, C. A. F. Almeida, M. J. Sanches e M. T. Soeiro, "Gravuras rupestres de Mazouco", *Arqueologia*, 3, Porto, 1981, pp. 3-12.
- André Leroi-Gourhan, *Pré-histoire de l'art occidental*, Ed. Mazenod, Paris, 1971.
- Sergio Ripoll López, Luciano Muncio González, Francisco J. Muñoz Ibañez, Sara Pérez Marin, José R. López Moreno de Redrojo, "El cerro de San Isidro en Domingo García. Nuevos descubrimientos", *Revista de Arqueología*, n.º 157, Maio 1994.
- Sergio Ripoll López, Luciano José Muncio González, "Un grand ensemble d'art rupestre paléolithique de plein air dans la Meseta espagnole", *INORA, International Newsletter on Rock Art*, n.º 7, 1994, pp. 2-5.

O autor é arqueólogo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueologia, coordenador da equipa portuguesa de Arqueologia do IPPAR no Côa.

(14) O plano da rocha do "Carreiro" de Mazouco está orientada, grosso modo, no sentido O-E. No entanto, o abrigo sob pala abre-se para nascente.

(15) Francisco Jordá Cerdá, "Cap. 1 - Paleolítico", in: *Historia de España, vol. 1 - Prehistoria*, Ed. Gredos, Madrid, 1986, p. 104.

(16) Paul Bahn, "Histoire d'eau: l'art pariétal pré-historique des Pyrénées", *Travaux de l'Institut d'Art Pré-historique*, XXII, Univ. de Toulouse Le Mirail, 1980, pp. 129-135.

(17) Foi na sequência desta ideia que o realizador Paulo Costa adoptou a nossa expressão "rio sagrado" no título de um documentário alargado sobre a arte do Côa, transmitido pela RTP-2 em 29.03.1995.

disponível entre a restituição da central de S. Caetano e a retenção do escalão intermédio — cerca de 40 m —, e entre a restituição da central de St.ª Comba e a retenção do Pocinho, no Douro — cerca de 30 m.

A Hidroeléctrica do Cóa, ao promover a elaboração do projecto do escalão intermédio — Vale de Madeira —, confiou o estudo da barragem ao Prof. Tolke, perito de reconhecido mérito que concebeu para este aproveitamento a adopção de uma barragem de betão de um tipo especial de abóbada, com a parte inferior constituída por contrafortes de cabeça maciça. Para a albufeira de Vala de Madeira foi prevista a retenção máxima à cota (530), à qual corresponde uma barragem com cerca de 100 m de altura e uma capacidade total de armazenamento de 319 milhões de m³. O circuito hidráulico compreenderia uma central subterránea de pé de barragem, com uma potência instalada de 120 000 CV, e uma galeria de fuga com a extensão de 2,1 km.

Em Fevereiro de 1956, a Hidroeléctrica do Cóa transferiu para a Hidroeléctrica da Serra da Estrela os direitos e obrigações relativos à concessão do aproveitamento hidroeléctrico de Riba-Cóa, adquiridos em 1949.

Por despacho ministerial, em Agosto de 1957 a Hidroeléctrica do Cóa foi autorizada a proceder a negociações com a Hidroeléctrica do Douro “no sentido da integração do aproveitamento hidroeléctrico do Cóa na concessão da bacia do Douro, de harmonia com o previsto no parágrafo 3º do art.º 3º do caderno de encargos” da concessão dada à Hidroeléctrica do Douro.

Como conclusão das negociações que se seguiram, a Hidroeléctrica do Cóa transferiu para a Hidroeléctrica do Douro, nos termos de escritura celebrada em Junho de 1959, os direitos que possuía em relação ao aproveitamento da energia das águas do rio Cóa, bem como as obras preliminares, estudos e projectos por ela realizados para o aproveitamento hidroeléctrico do Cóa, e, ainda, os bens móveis e imóveis de que dispunha com vista à realização do mesmo aproveitamento.

Nas negociações levadas a efeito com a Hidroeléctrica da Serra da Estrela, ao abrigo de autorização concedida por decreto de Janeiro de 1959, chegou-se também a completo acordo quanto à transferência para a Hidroeléctrica do Douro da concessão do aproveitamento hidroeléctrico de Riba-Cóa e das obras e bens afectos à exploração deste aproveitamento.

2. Plano Geral do Rio Cóa — de 1959

Em Julho de 1959, a Hidroeléctrica do Douro, H.E.D., cumprindo as obrigações da sua concessão (art. 3º, parágrafo 3º do caderno de encargos), apresentou o “Plano Geral do Rio Cóa”, que não difere substancialmente do que está agora sendo executado. Nesse plano indicava-se como alternativa de muito interesse o escalão de Foz-Cóa, em ligação (bombagem) com o

futuro aproveitamento do Pocinho, na cabeceira do troço nacional do Rio Douro.

O signatário estudou para esse plano geral uma solução de barragem abóbada de dupla curvatura e circuito hidráulico (com equipamento reversível) que não difere em esquema do que está sendo agora adoptado. Nesse plano geral, o nível de pleno armazenamento da albufeira de Foz-Cóa foi fixado à cota (221,5), e no projecto de 1991 que está sendo realizado, essa cota é 8,5 m superior, isto é, cota (230,0), como se pode verificar nos desenhos que se apresentam. Este “Plano Geral do Rio Cóa”, de Julho de 1959, foi sendo actualizado e revisto, nomeadamente quanto à potência a instalar e cotas, nos anos de 1977, 1986 e 1988. Estas sucessivas melhorias, resultantes das tecnologias, encontram-se resumidas no “Inventário de Recursos Hidroeléctricos”, 2 volumes, subscrito pelo signatário (EDP-Porto, Agosto de 1988).

3. Projecto do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz-Cóa — de 1991

Em Julho de 1991, a EDP-Porto apresentou o “Projecto Base do Aproveitamento Hidroeléctrico de Foz-Cóa”, constituído por XVI volumes, alguns com vários tomos e muitos desenhos. O estudo de “Impacto Ambiental”, com 3 tomos, foi elaborado (com base em elementos fornecidos pela EDP, Câmara Municipal de Foz-Cóa e Casa do Douro) pela Empresa Geral de Fomento, com o apoio da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Com base neste documentação Projecto da EDP de Julho de 1991, e que seguiu os trâmites legais, o Sr. Secretário de Estado da Energia, em 28 de Fevereiro de 1992, deu o despacho cuja conclusão é ... “Concordo assim com a inclusão deste projecto no plano de investimento da EDP, sendo a sua execução condicionada à observância do que se encontra estipulado legalmente, nomeadamente quanto aos aspectos de impacto ambiental”.

Este “Projecto Base” está em fase adiantada de construção, tendo a derivação provisória sido executada há bastantes anos.

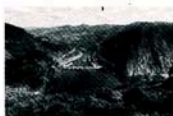
Aproveitamento hidroeléctrico de Foz-Cóa

Nos desenhos que se apresentam no início deste artigo resumem-se as características básicas do aproveitamento em construção, localizado na cabeceira do rio Douro nacional. Além da planta geral, corte vertical da barragem e perfil longitudinal do circuito hidráulico com central, indicam-se nos quadros os elementos técnicos definidores do escalão.

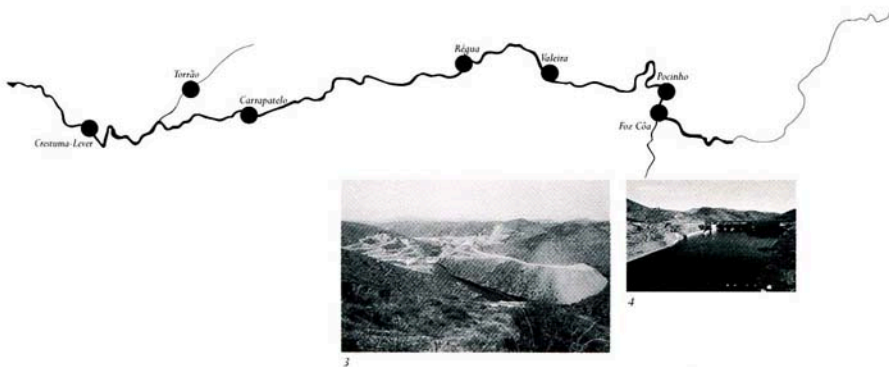
O aproveitamento de Foz-Cóa tem um interesse notável pela situação estratégica na cabeça, pois controla a cascata do Douro nacional: Pocinho, Valeira, Régua, Carrapateiro e



1



2



- 1 Barragem da Rêgua, Rio Douro
 2 Barragem da Valeira, Rio Douro
 3 Aspecto das obras para a Barragem de Foz-Côa
 4 Barragem do Picinho, Rio Douro

Crestuma-Lever, uma queda contínua até ao mar. Foz-Côa assegura, nestas 5 centrais, 20% do consumo de electricidade do país nas horas de ponta.

Os índices económicos são excelentes, pois a taxa interna de rentabilidade (TIR) só do valor da hidroelectricidade, incluindo os benefícios dinâmicos, são da ordem de 11%. Como se sabe, as instituições financeiras internacionais, como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Mundial, tomam as suas decisões de construção neste tipo de aproveitamentos com valores de TIR algo inferiores.

Julga o signatário que estão hoje investidos e comprometidos nesta grande obra de Foz-Côa cerca de 24 milhões de contos, portanto um pouco menos de metade do valor global do

investimento. Isto significa que, com um custo do dinheiro de 10%, os juros correspondentes aos investimentos e responsabilidades presentes são de 2,4 milhões de contos anuais, ou seja, 200 mil contos por mês. A esta verba ter-se-á que acrescentar, se houvesse paragem das obras, as indemnizações exigidas pelos empreiteiros e outras.

Gestão global da água da bacia nacional do Douro, a partir de Foz-Côa

O aproveitamento de Foz-Côa permite a Portugal gerir a água de todo o Douro nacional de acordo com os seus interesses socioeconómicos.

O rio Côa é o afluente mais importante da margem esquerda do Douro português, quer pela extensão da sua bacia hidrográfica, quer pelo valor dos seus recursos hídricos.

A água do rio Côa é de boa qualidade e não está poluída.

A totalidade da área da bacia é de 2 527 km² e inteiramente em território nacional, sendo a área dominada pela barragem de Foz-Côa de 2 518 km² (praticamente toda a área da sua bacia hidrográfica).

Todos se recordam da execução do grande aproveitamento de Castelo de Bode, no Rio Zêzere, que foi projectado, construído e explorado durante muitos anos como hidroeléctrico porque tinha excelente valia eléctrica. Mas, passados esses anos, é agora a fonte de abastecimento de água à grande Lisboa!

Refere-se também que no Projecto de Crestuma-Lever - CPE - EDP-Porto, Maio de 1972, que serviu de base à sua execução, o signatário escreveu o seguinte: "Entre os benefícios de carácter não energético destacam-se os seguintes... — Criação duma grande reserva de água isenta de salinidade, junto à zona urbana do Porto". Como todos sabem, hoje a água do Porto e de Gaia é extraída nessa albufeira!

O aproveitamento de Foz-Côa é agora pago exclusivamente pelo sector eléctrico, dado o seu interesse económico; mas o signatário é de opinião que num futuro será a "grande fonte de água para toda a bacia do Douro nacional", tornando-a mais independente da água vinda de Espanha. Foz-Côa tem uma albufeira que armazena um volume útil de 472 milhões de m³, muito superior aos volumes úteis (em milhões de m³) das albufeiras de Pocinho (12), Valeira (12), Régua (12), Carrapatelo (14), Crestuma-Lever (19), totalizando portanto o Douro nacional 69 milhões de m³.

Nos quadros finais apresentam-se os armazenamentos em volumes totais, comparando-os com os da nossa vizinha Espanha (que há muito tem grandes armazenamentos nas cabeceiras do seu Douro e afluentes). Em Espanha, os armazenamentos no seu Douro são, em milhões de m³ de volumes totais, 7 333, e no Douro português, nacional e internacional, são apenas 1014; portanto, em Espanha, os volumes totais armazenados nas albufeiras do Douro são 7 vezes superiores, o que permite um bom domínio da água em Espanha, independente de chuvas e secas; isto é, exercer uma superior gestão.

Portugal poderá com este aproveitamento de Foz-Côa, estratégico e verdadeiramente social, gerir em épocas de crise e de secas a água em toda a bacia do Douro nacional.

Bacia do Douro

Albufeiras mais importantes na totalidade da bacia do Douro (Portugal e Espanha)

Portugal

Nome	Rio	Volume total (10 ⁶ m ³ =hm ³)	
Miranda	Douro	28	220 hm ³
Picote	Douro	63	Douro
Bemposta	Douro	129	internacional
Azibo	Azibo	55	
Vilar	Távora	100	
Torrião	Tâmega	124	
Pocinho	Douro	81	515 hm ³
Valeira	Douro	97	Douro
Régua	Douro	91	nacional
Carrapatelo	Douro	140	
Crestuma-Lever	Douro	106	
	Total	1014	

Espanha

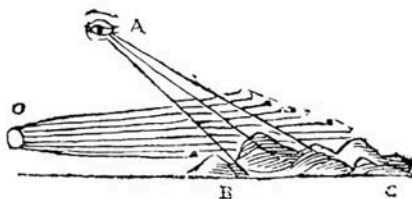
Nome	Rio	Volume total (10 ⁶ m ³ =hm ³)	
Barríos de Luna	Orbinga Luna	308	
Illameca	Tuerto	20	
Puente Porio	Segudera	23	
Cerlanilla	Tera	255	
Porma	Porma	317	
Riño	Esla	664	
Camporredondo	Garrión	70	
Compuerto	Garrión	95	
Requejada	Pisuerga	65	
Aguilar	Pisuerga	247	
Arlanzón	Arlanzón	20	
Retuerta	Arlanzón	154	
Cuerda del Pozo	Ducro	229	
Linares del Arroyo	Riáza	58	
Burgomillado	Duración	15	
Ricobayo	Esla	1184	
Castro	Ducro	38	
Villalcampo	Ducro	61	
Almendra	Tormes	2649	
Aldeavilla	Ducro	115	
Sauelle	Ducro	169	
Agueda	Agueda	22	
Santa Tereza	Tormes	469	
Milagro	Almar	20	
	Total	7333	

Volumes totais nacionais - comparação com Foz-Côa

Albufeiras	Volume Total (10 ⁶ m ³ =hm ³)
Portugal	1014
Espanha	7333
Foz-Côa	698

A Preservação das Gravuras:

dois depoimentos, quatro pareceres



Reflexões sobre os estudos para preservação das gravuras rupestres do Côa

Lúis Aires-Barros

Foi-me solicitado que abordasse nestas páginas uma metodologia para a conservação das figuras rupestres do Côa.

Como tentar abordar o assunto? Primeiro, há que estudar as rochas substrato das gravuras rupestres e averiguar *in loco* a inter-relação rocha-incisões e sua preservação em função da constituição e textura desse suporte.

Segundo, há que equacionar as possíveis acções exógenas sobre aquelas rochas com incisões dos factores condicionantes de dois ambientes: o subaéreo (o actual) e o subaquático (eventual).

Terceiro, será conveniente tentar simular em laboratório aquelas ambientes (acelerando-os) e averiguar do comportamento das incisões (também simuladas).

As rochas suporte das gravuras rupestres

Os terrenos da região de Vila Nova de Foz Côa são constituídos por litotipos paleozóicos. As rochas metasedimentares predominam e pertencem ao designado "Grupo do Douro" do complexo xisto-grauváquico ante-Ordovícico.

Na área especial que interessa aqui considerar, pelo amplo desenvolvimento das figuras rupestres que aí ocorrem, aflora a "Formação de Desejosa" (SOLSA, 1985).

A litofácies comum desta formação corresponde a "filitos escuros listrados, em regra, calcossilicatados. O aspecto listrado é devido aos ritmos constituídos pela alternância de níveis de filitos escuros com finos leitos centimétricos e milimétricos de psamitos esbranquiçados" (SILVA & RIBEIRO, 1991, p. 14).

De referir que ainda aparecem metagrauvaques grosseiros em bancadas espessas, bem como metagrauvaques calcossilicatados.

Atribui-se uma espessura da ordem dos 800m a esta formação.

Um primeiro passo consiste em inspecionar cuidadosamente as rochas do substrato das gravuras rupestres nelas impressas. Urge fazer o rastreio das rochas e das suas especificidades minero-petrográficas que vão condicionar a sua resposta aos agentes exógenos da alteração a que estão (ou vão estar) sujeitos.

Os ambientes em que estão ou vão estar as gravuras rupestres

Procuremos agora analisar os possíveis agentes de alteração meteórica subaérea ou subaquática.

Quanto à situação subaérea há que referir as amplitudes térmicas e de humidade ao ar, bem como fenómenos de lixiviação química

mica por águas de circulação aérea e subaérea, e ainda a abrasão, quer hídrica, quer eólica.

Este conjunto de agentes meteorícos tem actuado no decurso dos tempos (pelo menos desde que as gravuras foram impressas) sem conseguir apagar tais traços.

Haverá que estudar a topografia das incisões e a constituição do substrato pétreo, salientando eventuais correlações gravura/rocha.

Já em ambiente subaquático haverá que considerar que as amplitudes térmicas e de humidade serão diminuídas. Todavia, há que averiguar se a variação periódica do nível das águas da albufeira não irá trazer ciclicamente as gravuras rupestres a situações de meteorização subaérea e subaquática. Esta situação é, em princípio, particularmente gravosa. Ela corresponde a um autêntico "ensaio de envelhecimento" com alternância de períodos de secagem e molhagem. Aqui está uma situação a estudar em pormenor, inclusivamente qual o teor em minerais argilosos ou mesmo filitos de metamorfismo, constituintes das rochas. A sua resposta aos ciclos de secagem-molhagem é crucial para averiguar da manutenção (ou não) dos traços impressos na rocha. Em rocha xistificada a secagem-molhagem alternante traduzir-se-á em fenómenos de esfoliação e lascagem com desmoronamento das suas superfícies "planas".

Outra questão reside no tipo de águas da albufeira a ficar em contacto com as gravuras. Há que controlar o seu pH e condutividade eléctrica e mesmo o teor em carga sólida e seu tipo e deslocação.

Sabe-se que a região de Vila Nova de Foz Côa é das de menor pluviosidade do nosso país (com menos de 400mm/ano).

Que está em causa? A um ambiente com relativa "secura", embora com dilatadas amplitudes térmicas sazonais, ir-se-á contrapor um ambiente húmido (em contínuo), mas com discretas amplitudes térmicas. Mas qual a tipologia das águas (seu pH, teor de sais dissolvidos e carga sólida que carria)? Será adequado ter controlo estreito destes factores e julgar da possibilidade de fenómenos de abrasão por fricção de partículas quartzosas que podem esbater ou apagar as incisões na rocha.

Em resumo:

As condições de ataque meteoríco subaéreo têm permitido a manutenção das gravuras rupestres. Que fazer para manter estas condições na hipótese de se criar um "Parque Natural"? É que mesmo na "beneficiação" das obras de arte para fruição das gentes há que ter cuidados redobrados pelos efeitos nefastos que podem advir. São vários os exemplos conhecidos.

As consequências do ataque meteoríco subaquático não são inferíveis com plena segurança. Todavia são condições algo diferentes da situação subaérea.

A evitar, de qualquer modo, será a situação de ciclicamente expor as gravuras rupestres a ambientes "secos" e "quentes" alterando com ambientes "molhados" e mais "frios".

Os ensaios in loco e em laboratório

Será defensável programar a realização de um conjunto de estudos *in loco* e em laboratório de que referimos alguns, esperando que, de uma discussão com outros especialistas, se melhorará esta proposta prevista.

Estudos *in loco*:

1) Análise, ainda que sumária, dos principais tipos litológicos substrato das gravuras rupestres e seu grau de preservação.

Estudos laboratoriais:

2) Análises mineralográficas das amostras de rochas distintas, previamente tipificadas em função do grau de preservação das incisões.

3) Tentativa de correlação e interpretação dos dois tipos de estudos mencionados.

4) Estudo laboratorial por "ensaios de envelhecimento acelerado" sobre provetes de rochas do local, sujeitos a ensaios de secagem-molhagem, ou só de secagem ou só de molhagem com vários tipos de "água molhante" (pH e condutividade).

Nestas rochas deveriam ser feitas incisões simulando as marcas reais das gravuras rupestres.

Os ensaios de envelhecimento deverão(?) dar informação sobre o comportamento das rochas e das marcas nelas impressas ao longo dos "anos" laboratoriais, nas situações referidas.

Aponta-se nestas linhas uma metodologia de estudo que deverá ser considerada como uma primeira aproximação. Outros especialistas deverão opinar sobre os estudos a serem feitos e, principalmente, como interpretar os resultados eventualmente obtidos.

O programa esboçado exige tempo para a sua realização. Talvez seja oportuno dar tempo ao tempo, estudar em profundidade, pôr os dados e os resultados em cima da mesa, pesar os prós e os contras. Então os decisores decidirão, considerando outras valências, as valências que estão na base da necessidade do próprio estudo.

Chegado ao termo destas considerações pode pôr-se o problema de saber se os estudos propostos têm interesse perante a magnitude do problema levantado pelo valor dos achados arqueológicos em apreço. Ou seja: a hipótese da submersão está ultrapassada perante o valor artístico-histórico do conjunto das figuras rupestres! Se assim for, e os decisores acolherem esta opção, também este programa de estudos se impõe, agora com as adaptações adequadas. É que a criação de um vasto Parque Nacional para a fruição deste passado histórico da humanidade imporá todas as cautelas para a preservação do património cultural aí existente.

As condições naturais reinantes até hoje vão modificar-se qualquer que seja a opção tomada. Há que agir em conformidade.

O autor é Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico.

Bibliografia:

- Aires-Barros, L. (1991) *Alteração e alterabilidade de rochas*. INIC, 384 p. Lisboa.
 Silva, A.F. da & Ribeiro, M.L. (1991) "Notícia explicativa da folha 15-A. Vila Nova de Foz Côa". *Serv. Geol. Portugal*, Lisboa.
 Sousa, M.B. de (1985) "Perspectiva sobre os conhecimentos actuais do complexo xisto-grauvâquico de Portugal". *Mem. e Not.*, vol. 100, pp. 1-16. Coimbra.

Considerações sobre a preservação das gravuras rupestres do Côa

Maria Ondina Figueiredo

Citando Vitor Oliveira Jorge, a "obra de arte; o monumento a preservar, é o vale — o equivalente ao ar livre de uma gigantesca gruta — e não cada conjunto de gravações", de entre o inestimável espólio que nos foi legado pelo homem paleolítico e que podemos ainda admirar em resultado do recato a que tais testemunhos foram sujeitos no decurso de duas dezenas de milénios. Paradoxalmente, foi uma Natureza agreste que os preservou de um contacto estreito com a actividade e evolução humanas, as quais implicam necessariamente alteração do meio ambiente. Afigura-se provável que essas mesmas condições — nomeadamente o clima e a geomorfologia — tenham contribuído decisivamente para a prevalência da superfície rochosa em meio subaéreo, garantindo ainda hoje a observação visual inequívoca das gravações que a actual pesquisa tem levado ao nosso conhecimento.

Admitindo — por hipótese — que esse suporte litológico das gravuras rupestres do Côa podia ser removido com segurança do seu implante no maciço xisto-grauváquico utilizando uma tecnologia adequada, seria então viável acautelá-lo num museu. Essa situação teria paralelo, por exemplo, na remoção de pinturas românicas religiosas do seu substrato mural e posterior colocação em simulações museológicas, evento a todos os títulos feliz por assegurar a respectiva conservação, proporcionando às gerações futuras a admiração de tão preciosas obras de arte. Acontece, porém, que uma tal tecnologia de corte de rocha xistenta em local tão acidentado não parece estar ainda estabelecida com fiabilidade, e o respectivo desenvolvimento requer estudo, ensaio e tempo de implementação, não se apresentando como solução imediata para o problema da preservação das gravuras. Acresce referir que a própria manutenção museológica de peças líticas conservadas em meio subaéreo num estado de reduzida degradação meteórica exige cuidada ponderação da eventual influência das alterações induzidas pelo ambiente artificial assim criado.

Por outro lado, a eventual submersão das massas rochosas de superfície gravada — caso a construção da barragem tivesse o seguimento preconizado — poria em risco, no mínimo, a salvaguarda das gravuras rupestres no seu estado actual de conservação. Na verdade, é ainda incipiente o estado actual do conhecimento dos processos de degradação dos diversos tipos litológicos em meio subaquéico, pouco se sabendo sobre os mecanismos físicos e químicos (incluindo os que são biologicamente induzidos) envolvidos nos processos de alteração à escala dos minerais constituintes das rochas, mais se desconhecendo ainda a influência de eventuais factores externos (nomeadamente biogénicos) sobre a cinética desses mesmos processos.

Os estudos de conservação de materiais litológicos em relação com a Arte têm incidido essencialmente sobre as rochas correntemente utilizadas na edificação de monumentos e na confecção de peças escultóricas, com relevo para os mármore, os calcários e os granitos. As rochas xistentas raramente foram estudadas nesse âmbito, pelo que a eventualidade acima ponderada exigiria também um investimento temporal significativo para que pudessem ser produzidos resultados fiáveis e úteis.

Assim, se a preservação do vale do Côa, no seu estado actual, se vier a mostrar insustentável — o que não foi ainda cabalmente provado —, o factor "tempo" prevalece indubitavelmente na ponderação dos dois cenários acima considerados para a conservação das gravuras rupestres, afigurando-se a todos os títulos imprescindível alargar o prazo de avaliação de riscos e análise de soluções — porque, seja qual for a solução final encontrada, o interesse colectivo impõe seguramente que se preserve e acautele um tão valioso património.



A autora é investigadora coordenadora do Instituto de Investigação Científica Tropical e Professora Categrática Convidada da Universidade Nova de Lisboa.

Parecer 1

As rochas da região de Foz Côa, no local das importantes gravuras rupestres, em causa, e da barragem, correspondem a xistos argilosos do chamado complexo "xisto-gravauístico" ante-Ordovício, muito provavelmente Cámbrico, com uma idade em termos absolutos compreendida entre 500 e 600 milhões de anos.

Estas rochas foram afectadas pela orogénia Hercínica, há cerca de 370 milhões de anos e com ela deformadas e metamorfizadas (Zona da Clorite) em termos de metamorfismo regional.

Da deformação resultaram dobras, clivagens e fendas de tração visíveis, materializadas na morfologia do terreno por planos mais ou menos verticais, perpendiculares à estrutura regional. E nestes planos de diaclases, uniformemente orientadas, que se encontram as referidas gravuras.

Ao homem pré-histórico que as criou oferecia-se-lhe naturalmente um vasto conjunto de superfícies planas, como se disse, verticais, muito regulares, todas elas com a mesma orientação, talhadas num material relativamente brando como é próprio dos xistos argilosos.

A natureza mineralógica destas rochas é essencialmente silitada (filossilicatos do grupo dos chamados minerais das argilas), não conhecida ao nível das espécies constituintes.

É pois necessário estudar-se este aspecto do problema a fim de se lhe definir o comportamento geo-químico, em especial em situação de submersão prolongada e submersão alternante com períodos de emersão, sem deixar de atender a aspectos bioquímicos relacionados com a acção certamente a considerar de organismos (algas e outros) próprios do ambiente criado.

Nestes termos, é meu parecer que tais estudos, envolvendo especialistas da área da mineralogia e geoquímica e da biologia e bioquímica, não podem deixar de ser solicitados.

Torna-se assim necessário dispor de tempo suficiente, pelo que se impõe uma pausa no andamento da obra correspondente a esse mesmo tempo.

Lisboa, 21 de Março de 1995

Parecer 2

Na sequência da solicitação para que, enquanto departamento universitário, nos pronunciássemos sobre o comportamento previsível dos xistos, mais propriamente dos quartzo-filitos, do Vale do Côa, no caso de uma hipotética submersão pelas águas da albufeira da barragem em construção no mesmo local, os abaixo assinados, docentes e investigadores do Departamento de Minas da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, depois de devidamente ponderados os elementos ao seu dispor e que são essencialmente aqueles que sobre a questão vieram a público na comunicação social, entendem ser seu dever esclarecer o seguinte:

1. Sem dúvida que as formações rochosas que se situam na zona que ficará alternadamente emersa e submersa ao longo dos anos serão intensamente afectadas, já que alternarão entre um estado de secura e saturação. Esta alternância entre estado seco e estado saturado favorece a alteração, sendo tecnicamente reconhecido esse facto desde há décadas, a ponto de um procedimento desse tipo estar na base de ensaios técnicos "standard" de alterabilidade de rochas.

2. Quanto às zonas situadas a maior profundidade, quase permanentemente submergidas, já uma resposta com algum valor científico exigiria um estudo mais aprofundado. Seria necessário verificar em que condições é que a agressão química por hidratação e hidrólise dos minerais mais frágeis se viria a dar. No entanto, pode desde já adiantar-se que, sob o ponto de vista de ataque químico, as novas condições irão modificar desfavoravelmente a estabilidade dos minerais fílitosos que até ao presente parecem ter resistido notavelmente bem em ambiente submerso quente e seco e determinar a sua subsequente argilização em ambiente anóxico e húmido, o que dará origem ao desenvolvimento de planos de alteração de direcção coincidente com a da xistossidade e terá por efeito a consequente desagregação da rocha ao longo desses planos. Sobretudo as faces externas das formações quartzo-fílitosas sofrerão, sem qualquer dúvida, o mesmo tipo de alteração, e com maior intensidade, visto estarem mais directamente em contacto com o meio agressivo, o que significa a perda imediata das gravuras.

O comportamento do vale submerso, os possíveis desmoronamentos subaquáticos, provocados quer pela diminuição do ângulo de atrito interno (efeito de lubrificação por impregnação fluida) quer pela própria alteração das forças em presença (nomeadamente pelo aparecimento da força de impulsão), mereceria também estudo detalhado, impossível de realizar em curto intervalo de tempo, mas perfeitamente possível se houver empenho em o realizar.

Também o resultado do assoreamento com materiais argilosos detoados de importante actividade iónica e o previsível aparecimento de novas florações microscópicas com novos metabolismos levantam imensas dúvidas acerca da sobrevivência, nestas condições, dos suportes pétreos das gravuras.

3. O próprio conceito de submersão "permanente" é errado e indutor em erro: o frequente esvaziamento total da albufeira faz parte das suas rotinas de limpeza e manutenção e ocasionará, segundo toda a probabilidade, riscos acrescidos de erosão e desmoronamento, visto produzir conjugação particularmente desfavorável do aumento de cargas próprias (por aumento da baridade por imbedição) e dinâmicas (pressões hidrodinâmicas de sentidos contrários na imbedição e drenagem do maciço rochoso) com a já citada diminuição do ângulo de atrito interno e com a hivição e a remoção por arrastamento, respectivamente, dos produtos solúveis e insolúveis mais finos do processo de meteorização.

É assim claro para os signatários que, a pretender preservar-se o suporte das gravuras, deverá a todo o custo evitar-se a sua submersão, sendo mesmo de considerar o facto de um aumento significativo da humidade atmosférica decorrente do simples estabelecimento de uma albufeira (mesmo que não-submergente das gravuras) em vales estreitos e encastados, como é o caso, representar, por si só, uma ameaça para a preservação desse património inestimável e insubstituível.

Porto, Faculdade de Engenharia, 24 de Março de 1995

José António Simões Cortez, Prof. Catebrático; Carlos Manuel Novais Madureira, Prof. Catebrático; Mário Rui Machado Leite, Prof. Associado; Abílio Augusto Tinoco Cavalheiro, Prof. Associado; Eurico de Sousa Pereira, Prof. Associado; José Augusto Coelho da Rocha e Silva, Prof. Auxiliar; Henrique Sérgio Botelho Miranda, Prof. Auxiliar; António Manuel Antunes Fiúza, Prof. Auxiliar; José Manuel Soutelo Soares de Carvalho, Assistente; Alexandre Júlio Machado Leite, Assistente; Jorge Manuel Cabral Machado de Carvalho, Assistente; Joaquim Eduardo Sousa Góis, Assistente; Aurora Magalhães Futuro da Silva, Assistente; Maria Cristina da Costa Vila, Assistente.

Parecer 3

Relativamente aos empreendimentos de Foz Côa, sinto que vários aspectos ambientais de grande impacto têm vindo a ser desprezados. Tais aspectos existem, por si só, importantes alterações ambientais, mas, paralelamente, podem afectar a própria conservação das gravuras rupestres.

De modo muito sumário, posso perspectivar a ocorrência dos seguintes fenómenos:

— Estratificação das massas de água acumuladas na albufeira, onde na camada inferior (hipolimnio) são susceptíveis de ocorrerem importantes fenómenos de decomposição da matéria orgânica acumulada e a correspondente anaerobiose. Em virtude destes factos, nesta camada haverá um nítido incremento de acidez derivado do aumento de ácido carbónico (ligado à respiração bacteriana) e de ácido sulfídrico (resultante de alterações no ciclo do fósforo e enxofre nos sedimentos). Tal facto implicará certamente uma diminuição das possibilidades de conservação das gravuras. Note-se que esta conjectura não é meramente teórica. Com efeito, tivemos ocasião de proceder a algumas análises químicas das águas superficiais e detectámos sinais de eutrofização (ligados à contaminação orgânica) no troço médio do Côa, a jusante de Pinhel. Ora, em virtude da baixa taxa de renovação das águas, a albufeira tenderá a acumular os materiais orgânicos, donde resultam potencialmente os efeitos mencionados, mas cuja quantificação implica naturalmente uma amostragem mais intensa ao longo do curso de água e, especialmente, durante o período estival.

— Forte erosão nas encostas. Não tenho qualquer dificuldade em predir valores superiores, em média, a 30 ton/ha/ano de perda de solo. Na verdade, os materiais que constituem a bacia de drenagem são facilmente erodíveis (são essencialmente xistos argilosos e grauwagues desagregáveis), a que acresce uma grande rarefação da vegetação no troço terminal e encostas muito declivosas, factores que implicam a referida situação. Estes materiais sofrem um forte transporte ao longo do rio mas tendem a sedimentar na albufeira, podendo criar uma espessa camada de materiais finos. Poder-se-á contrapor que a descarga de fundo irá libertar muitos desses materiais. Tal acontece, com impactos ecológicos graves a jusante, dado que esses sólidos em suspensão criam aquilo que se designa por poluição mecânica, mas a eliminação de sedimentos apenas ocorre muito próximo da barragem.

— As marcadas variações do nível de água tendem a acentuar este último aspecto, a que se adiciona o efeito da má localização de algumas escombrelas e vias de acesso. Tais variações da altura da massa de água criam um espesso anel desprovido de vegetação, o qual rodeará toda a albufeira, com impactos paisagísticos tremendos (bem superiores aos das outras albufeiras da bacia do Douro, que têm uma menor oscilação da massa de água).

O actual desenrolar da construção da barragem é extremamente pernicioso dada a destruição já realizada. Devo dizer que é necessário muitos estudos, mas que as questões que aqui apresento não são de modo algum especulativas e ocorrem genericamente em barragens desta dimensão e em zonas com estas características, existindo numerosos estudos que comprovam tais situações.

E note-se que não estou a abordar os efeitos na flora, fauna, etc., os quais não são, de modo algum, desprezáveis.

Parecer 4

A concretização da barragem de Foz Côa e a criação de enorme albufeira terão como consequência a submersão de muitas gravuras, que dificilmente se conservarão, já que muitos são os factores que contribuirão para o seu desgaste e futuro desaparecimento. Destaco aqueles que considero fundamentais dentro da área em que sou especialista.

Uma primeira consequência da construção de uma barragem é a acumulação de sedimentos no fundo do albufeira, resultantes da erosão que se verifica a montante e que pode ter implicações na conservação das gravuras se se optar pela sua submersão. Assim, antes dos sedimentos se imobilizarem completamente no fundo da albufeira, são movimentados fundamentalmente através de um processo de saltação que implica um trabalho de abrasão, quer no talvegue do curso de água, quer na parte inferior das suas margens, contribuindo naturalmente para um desgaste das rochas que as constituem e, como tal, das figuras que nelas se encontram. As descargas de fundo que se fazem para libertar as albufeiras desse material acumulado têm impactos ecológicos graves a jusante, já que desencadeiam graves processos erosivos; também no interior da albufeira a movimentação dos sedimentos faz recrudescer a erosão no próprio leito do curso de água, assim como nas suas margens.

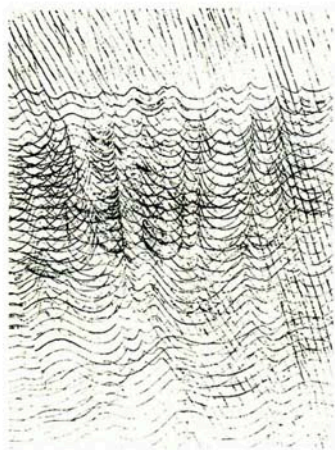
Noutra perspectiva, o aumento da altura da água devido à criação da albufeira faz com que os sedimentos transportados em suspensão exerçam uma acção de desgaste mecânico sobre as rochas a níveis de altura que o curso de água nunca poderia exercer na sua dinâmica natural, por maior que fosse o caudal de cheia. As gravuras podem, por este motivo, sofrer uma maior acção de desgaste. Por outro lado, a acumulação de água durante longo tempo contribui para infiltrações na rocha, fundamentalmente através das diaclases e fracturas, o que aumenta a instabilidade das vertentes, por vezes com fortes declives, verificando-se uma tendência para o aumento da ocorrência de desmoronamentos e, como tal, a possibilidade do desaparecimento total ou parcial de algumas figuras.

Uma das consequências que se pode mostrar mais nefasta para o desaparecimento das figuras é o aumento progressivo da meteorização das rochas que ficam submersas pelas albufeiras. Para que este fenómeno se verifique, basta o contacto permanente da água com as rochas. Este processo pode ser acelerado pela maior concentração nas albufeiras de certas substâncias químicas que podem ter origem em processos naturais, mas também nas próprias actividades do homem, provenientes nomeadamente de resíduos urbanos, industriais, recreativos ou, ainda, da própria actividade agrícola. O enriquecimento anormal de nutrientes na albufeira leva a uma eutrofização desta, contribuindo para a progressiva alteração química das rochas e, naturalmente, para o progressivo desaparecimento das gravuras submersas.

Em conclusão, penso que a conservação das gravuras rupestres ficará em risco pela sua submersão. Apesar dos problemas erosivos o que possam estar sujeitas nas condições de ar livre, a sua superação será mais fácil — em última análise, a prova disto reside no facto de terem resistido milhares de anos.

Porto, 16 de Março de 1995

Fragmentos da História de Foz Côa



Aspectos da Idade do Ferro e da Romanização na Bacia Inferior do Rio Côa

Carlos A. Brochado de Almeida

Ao longo de um percurso sinuoso e acidentado, o Rio Côa recebe as águas de uma vasta rede subsidiária, com destaque, já na Região Demarcada do Douro, para os Ribeiros dos Piscos e de Massueime, os quais, no seu conjunto, formam a bacia inferior. Salvo raríssimas exceções, é um curso de água fortemente encaixado, rompendo num sistema orográfico pautado por fortes depressões e vales de agrestes e rochosas paredes, onde maioritariamente predominam os xistos e, em menor escala, os granitos.

Em termos físicos, é uma região de fortes assimetrias, já que o vale do Côa contrasta com a vasta zona planáltica, orograficamente mais equilibrada, mas menos interessante do ponto de vista agro-económico. Serão aliás as características do subsolo, aliadas a certas diversidades climáticas, que irão determinar, ao longo da Idade do Ferro e da romanização, certas e determinadas valências ocupacionais. Ao contrário da área planáltica, onde as chãs e os lameiros alternam com solos demasiados pedregosos, as encostas voltadas aos cursos de água e os vales fortemente encaixados são favorecidos com um micro-clima de cariz mediterrânico, situação que, após ciclópicos trabalhos que transformaram vertentes fragentas em terraços socalcados, permitiram a cultura do trigo, de cevada e, naturalmente, da oliveira e da vinha.

A reduzida densidade de povoados da Idade do Ferro na bacia inferior do Côa está directamente relacionada com as características geomorfológicas que imperavam na região, agravadas pela ausência de tecnologias susceptíveis de alterar a *facies* de uma região física e climaticamente agreste. As mudanças do povoamento, a procura de novas formas de *habitat*, a introdução de soluções técnicas propiciadoras de um aproveitamento mais sistemático de solos agricolamente rentáveis só ocorrerão quando indígenas, impregnados da nóvel mentalidade romanizadora, descerem para as chãs e encostas e diversificarem as culturas.

O povoamento castrejo é parco, centrando-se, sobretudo, na faixa planáltica, situável entre o Rio Côa e o Rio do Vale da Vila. Aqui se encontram os castros do Espinhaço e dos Castelos (Santa Comba) e os do Tapadão e do Curral da Pedra (Chãs). Na margem esquerda do Rio do Vale da Vila documenta-se o castro de Longroiva, com claros índices de romanização, como na margem direita do Côa se destaca o castro do Fumo, pertencente à freguesia de Almendra. Excluído deverá ser, em princípio, o Castelo Velho de Freixo de Numão, já que as intervenções arqueológicas aí realizadas mostraram ocupações relacionadas

com o Calcolítico e a Idade do Bronze (Jorge, 1993).

Breves reflexões nos merecem estes *habitats*, nunca arqueologicamente interencionados, conhecidos somente por vestígios de superfície que vão das mós manuais às cerâmicas de fabrico indígena, dos sistemas defensivos com panos de muralhas ainda relativamente bem conservados às habitações que primam pela redondez. São, no geral, povoados de pequenas dimensões, alandorados no cimo de montes de vertentes escarpadas, próximos de linhas de água, defendidos por muralhas de pedra que aproveitam, o mais sabiamente possível, a penedia existente. São *habitats* que gerem os recursos existentes, nomeadamente os mineiros, com primazia para o estanho e provavelmente o chumbo, no decurso da romanização (Trabulo, 1992). São povoados cuja distribuição espacial obedece à exploração de territórios potenciais mais ou menos alargados, consoante a geomorfologia, à acessibilidade às matérias-primas e aos solos de aptidão agrícola. Em qualquer dos casos, a impressão que nos fica é a de terem sido *habitats* de fracas potencialidades económicas, situação que tenderá a mudar com o advento da romanização.

A reorganização administrativa no tempo de Augusto conduziu à delimitação dos territórios das *civitates* (Alarcão, 1988). É nesta linha de acção que o território compreendido entre a Ribeira de Teja e o Rio Cóa pertencerá aos *Aravi*, estando a capital da *civitas* em Marialva, localidade de onde provém uma ara consagrada a Adriano e se conhece uma importante necrópole do séc. II/III (Rodrigues, 1961). Paralelamente, à *civitas* Meidubrigenses pertencem um território que, transposto o Cóa, se estenderia até à Serra da Marofá (Alarcão, 1988). Por sua vez, Freixo de Numão poderá ser a presumível herdadeira de uma *civitas* cujo território se situaria entre o Rio Cóa e o Rio Teco. Problemático, no entender de Jorge Alarcão, será considerar-se Calábria (Castelo de Calabre) como sede de uma *civitas* cujo território englobaria a margem direita do Cóa (Alarcão, 1988).

Os povoados castrejos acima referidos passaram então a integrar os territórios das *civitas*, sem abandonarem o tradicional *modus vivendi*, todavia abertos às novidades. Será dentro desta linha de orientação que alguns deles adoptam novos modelos urbanísticos, que surgem novas formas de *habitat* — *vici, aedificiae, villae* —, que se intensifica a exploração de certas matérias-primas, que se diversifica a actividade agrícola com o aproveitamento de novas terras e a introdução de espécies exógenas, caso da oliveira e da vinha.

Continua-se a viver no interior dos espaços amuralhados, mas as encostas, as ladeiras e mesmo os vales mais profundos ganham vida. Multiplicam-se os casais, nascem as *villas*, constroem-se templos (Frade, 1991), dedicam-se aras (Brandão, 1959), rasgam-se ou adaptam-se velhas veredas em funcionais estradas. Nos cinco séculos de ocupação romana, a paisagem

multifacetada da bacia do Cóa ganha cor, movimento e gradualmente adquirirá a dimensão humana que hoje ostenta.

Numa análise sumária às estações com índices de romanização, diremos que, na fase inicial, os indígenas que abandonaram o tradicional amuralhado se instalaram nas encostas e ladeiras próximas dos antigos *habitats*, enquanto os sucessores do Baixo Império preferiram zonas de vale, mais próximas dos cursos de água, como é o caso da ocupação de Sequeira (Horta), com um tesouro de *numismas* (Hipólito, 1960-61), e das Quintas da Barca e de St.ª Maria, esta com uma importantíssima ocupação que se estende do séc. IV à Idade Média.

Observar o mapa dos achados romanos é fazer um criterioso levantamento dos melhores solos agrícolas, actualmente ocupados por oliveis e vinha de benefício. Para isso contribuem os solos silúricos, os vales abrigados e naturalmente o clima de cariz mediterrânico. É em zonas como Longroiva (Rodrigues, 1957), aro de Freixo de Numão (Alarcão, 1988 a e b), nas Quintas da Barca e St.ª Maria e, em certa medida, em torno de Chãs (Trabulo, 1992) e em redor da Quinta de Pero Martins (Maia, 1974-77), que se encontram casais, *villas*, necrópoles e uma certa abundância de *dolia* que, conjugadas com a relativa ausência de ânforas e as largas dezenas de lagares cavados na rocha, pressupõem uma certa actividade em torno da exploração e armazenamento do vinho. Neste caso, os muito vales que constituem a bacia do Cóa não diferem do que já se conhece de outras regiões do Douro, onde o vinho, desde o início da romanização, se afirmou como um dos seus principais vectores económicos (Almeida, 1992-93).

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de, (1988 a), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins.
 ALARCÃO, Jorge de, (1988 b), *Roman Portugal*, Warminster.
 ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, (1992-93), *O Passado Arqueológico de Carlião - Aijo*, Portugália, XIII-XIV.
 BRANDÃO, D. Domingos de, (1959), *A Ara dedicada a Júpiter na Igreja de Vila Nova de Fozcois*, Humanitas, XI.
 FRADE, Helena, (1991), *O Templo Romano de Almofala*, Figueira de Castelo Rodrigo.
 HIPÓLITO, Mário de Castro, (1960-61), *Dois Tesouros de Moedas Romanas em Portugal*, Conimbriga, II.
 JORGE, Susana Oliveira, (1993), *O Povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Cóa) no Contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal*, TAE, 33 (1-2).
 MAIA, Manuel, (1974-77), *Villas Romanas do Território Enterramiense*, AP, VII-XI, 3ª.
 RODRIGUES, Adriano Vasco, (1957), *Prospecções Arqueológicas na Região de Longroiva*, Coimbra.
 TRABULO, Joaquim, (1992), *Chãs de Foz Cóa, A Sua História e a Sua Genese*, Vila Nova de Gaia.

O autor é Assistente Convidado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da Linha de Investigação em História Antiga do GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (JNICT/FLUP).

Ribacôa na Idade Média: quando o fim do mundo era 'centro do mundo'

Luis Miguel Duarte

Uma das experiências que mais nos força a encarar a mudança, a relatividade dos valores, dos modelos de vida, é visitar locais que hoje são ermo e ruínas e que já foram dinâmicos pólos de povoamento ou baluartes políticos e militares cobichados. Assim a região de Ribacôa: no centro histórico de Almeida vivem hoje cinco centenas de almas. Castelo Mendo vive numa espécie de 'fase terminal': 100 fogos, 120 habitantes, quase todos de idade avançada. Nos últimos 40 anos, o concelho de Castelo Rodrigo perdeu metade dos habitantes; na aldeia propriamente dita, há 5 casas em condições de serem habitadas.

Falamos de um espaço delimitado a oeste pelo Rio Côa, da nascente até ao Douro, a este, *grasso modo* do local em que a Ribeira de Tourões se junta ao Rio Águeda até ao ponto em que este termina igualmente no Douro. Esta 'terra de ninguém' englobava respeitáveis concelhos medievais: Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Alfaiates, Castelo Bom, Sabugal, Almeida, Vilar Maior, um misterioso Monforte que mais provavelmente foi castelo do que povoado.

A transcendência política desta zona residia na sua localização fronteiriça. Como lembra Lindley Cintra, «Riba-de-Côa constituía o ocidente da parte pertencente ao reino leonês na extensa região que, nos séculos XII-XIII, se chamava 'Extremadura', limitada, ao norte, pelo Douro, ao sul, pelas serras da cordilheira central. [...] Castelo Rodrigo pareceu destinado, em determinado momento, a rivalizar com as cidades desta região: senão talvez com a grande Salamanca, pelo menos com Alba de Tormes, Ledesma e, principalmente, com a vizinha e quase homónima Cidade Rodrigo».

Fez-se tarde o repovoamento das terras a leste do Côa, como o de toda a Extremadura do Reino Leonês. Depois de tímidas tentativas no século X, varridas pelo contra-ataque de Al-Mansur, é a reconquista de Toledo que viabiliza a continuação desse repovoamento. Ainda assim, é com os reis leoneses Fernando II e sobretudo Afonso IX (2ª metade do séc. XII-1º terço do XIII) que a faixa ocidental estremenha e, numa fase ainda mais tardia, particularmente os territórios a ocidente do Águeda, vão ser acompanhados.

O nome a fixar é este: Afonso IX, rei de Leão entre 1188 e 1230. A ele se deve a fundação dos principais concelhos de Ribacôa, bem como a concessão dos célebres *foros*.

E antes? Quando Portugal se afirma como reino independente, o Entre-Águeda-e-Côa era uma zona desolada, a bem dizer deserta. É claro que há peças essenciais do 'puzzle' que nos faltam. O que se passou após o fim do domínio romano? Houve ou não presença sueva por aqui? Sobretudo, o que levou os Visigodos a fundar o intrigante bispado de *Calabria*, com sede numa povoação provavelmente pré-romana, "*supra Dorium fluvium in vertice montis excelsi sita*" (e cuja exploração arqueológica, que está a ser estudada, poderá trazer res-



Rio Douro, próximo do Pinhão

postas de valor incalculável)? Esta Calabria, que a esmagadora maioria dos investigadores contemporâneos nem sequer situa correctamente nos seus mapas, foi perdendo habitantes e protagonismo por razões e segundo uma cronologia que hoje de todo desconhecemos. É quase certo que a dignidade episcopal se mantivesse viva com a terra já morta. Que pelo séc. XI o *calabriensis episcopus* que nos aparece a confirmar documentos régios já vivesse em Ciudad Rodrigo — até a transição chegar ao termo, com a fundação do bispado de Ciudad Rodrigo e o fim dos bispos de Calabria.

Nos anos 70 do século XII, alguns cavaleiros de Salamanca deslocam-se para Ribacôa; escolhem uma pequenina igreja, num local ermo — S. Julião do Pereiro — e aí fundam uma Ordem com o mesmo nome. Nome esse que nos diz pouco. Mas talvez nos diga algo mais se continuarmos a história: anos mais tarde, os freires serão contemplados com um magnífico castelo e mudarão o nome da Ordem, que passará a chamar-se tal como a fortaleza doada: *Alcántara*.

Bastante mais importantes para a história local foram outros religiosos: não já freires, mas ao que tudo indica monges, julga-se que vieram de Zamora, do Mosteiro de Morenuela (muito activo no repovoamento de Miranda), e terão fundado, pelo ano de 1170, o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar. O conhecimento deste cenóbio é uma das chaves para entender a história de Ribacôa (1). Pena é que, em tempos ainda próximos, o que dele resta tenha sofrido perdas irreparáveis.

Qual é, em síntese, a especificidade desta região na Idade Média?

(1) Esse estudo está a ser feito por Jose Ignacio de la Torre Rodríguez, da Universidade de Valladolid, a frequentar o Mestrado de História Medieval da Faculdade de Letras do Porto ao abrigo do Programa Erasmus.

Vila Nova de Foz Côa na Época Moderna

Francisco Ribeiro da Silva

1. As definições do espaço

Ao falarmos de Foz Côa na época moderna, impõe-se antes de mais uma primeira precisão espacial: de que território estamos a falar? É que o topónimo tanto pode designar a vila como o concelho de que ela é cabeça. Mas o concelho, na sua actual extensão de 17 freguesias, não foi criado senão no século XIX.

Na época moderna a Vila (nova) de Foz Côa constituía por si mesma e em si mesma um concelho autónomo, cujo Donatário fora o Conde de Vila Nova de Portimão. Não sabemos quando é que a jurisdição passou de novo para a Coroa, mas seguramente transitara muito antes de 1758, de acordo com o testemunho da *Memória Paroquial*. Não obstante a sua população maior não ultrapassar naquela data as 1413 pessoas, como concelho perfeito que era dispunha de 2 Juizes Ordinários, de 2 Vereadores, de Procurador do Concelho, de Escrivão da Câmara, de 2 Almotacés, de 2 Tabeliães, de Alcaide, de Capitão-Mor, de Sargento-Mor e de dois Capitães de Ordenança com as respectivas Companhias. E nos tempos em que fôra Donataria tivera direito a Ouvidor.

Só por si, esta opulência institucional era sinal da magnificência da terra. Outros indicadores confirmavam e reforçavam tal aparência: a igreja manuelina com seu magnífico portal e colunas sumptuosas, o pelourinho da mesma época, rico de adornos esculpidos no granito, várias capelas de que zelavam em compita os diferentes grupos profissionais, a torre granítica de 15 metros encimada pelo relógio da vila, as duas estalagens do Painho e da Farrapa, as duas grandes feiras anuais que se estendiam pelo Campo da Feira nas datas fixas de 8 de Maio e de 29 de Setembro.

Mas os sinais de decadência (seriam apenas de desleixo?) já se notavam nos meados do século XVIII: as antigas muralhas gravemente danificadas e até parcialmente arruinadas. Por outro lado, comparando o número de fogos apontado por Pinho Leal para 1708 (560) com a cifra do Padre Esteves Pereira na sua *Memória Paroquial* de 1758 (571), a demografia fozcoense praticamente estagnara neste meio século durante o qual, no seu conjunto, o país crescera substancialmente.

Mas, se nos tempos modernos Vila Nova de Foz Côa constituía por si só um concelho, no século passado a sua área municipal foi alargada, espalhando-se por 17 freguesias. Por isso, hoje em dia, o discurso sobre esta terra não se esgota nos limites da vila mas deve integrar a totalidade da circunscrição.

Sendo assim, devemos começar por lembrar que a maior parte das freguesias pertenceram outrora ao concelho de Freixo de



Rio Côa, próximo do sítio da Penaçosa (Castelo Melhor)

O facto de ter sido uma zona de fronteira entre um reino de Portugal que, do outro lado, só tinha o mar, e um Reino de Leão que, a leste, estava sufocado pelo poderoso Reino de Castela (e a sul pelos muçulmanos). Toda a actividade político-militar, toda a organização social, toda a ocupação do espaço se faz de acordo com essa condicionante. Quer Portugal quer Leão investirão fortemente na criação de núcleos de povoamento, que logo dotarão de diplomas 'estruturantes' (no nosso caso, são os chamados *concelhos longos*). A fundação do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar pelos 'monges de D. Afonso Henriques', os cistercienses (se tal origem se comprovar definitivamente), é outro exemplo dessa política. Como os frequentes 'topónimos antropónimos', isto é, nomes de terras com nomes de homens, os cavaleiros que o rei mandou para povoar e organizar a terra (Ciudad Rodrigo, por exemplo). A intensa intervenção da Coroa portuguesa neste território de pertença incerta facilitou que, aproveitando divisões sérias no adversário, D. Dinis o integresse definitivamente no seu Reino, pelo Tratado de Alcañices, de 1297. Excelente aquisição para o tempo. Hoje, aldeias semi-desertas de velhos, que programas comunitários tentam, com êxito problemático, reanimar. Terras do fim do mundo.

Porto, Abril de 1995

O autor é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da Linha de Investigação em História Medieval do GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (JNICT/FLUP).

Numão, o qual, em 1758, para além da vila, integrava como anexa a freguesia da Touça e ainda as de Sebadelho, Horta, Custóias, Numão, Seixas, Murça, Mós e Santo Amaro do Vale de Boi. No conjunto, o concelho contava 885 vizinhos (cerca de 3 180 pessoas) e dispunha de Juiz de Fora nomeado pela Coroa (1). Destas freguesias, duas pelo menos haviam outrora sido vilas: Numão e Horta.

A circunstância de possuir Juiz de Fora é um claro indicio da importância do concelho. A existência de antigas vilas que o deixaram de ser pode indicar, pelo contrário, alguma decadência.

Integram ainda o concelho de Foz Côa, desde o século XIX, as freguesias de Almendra, Castelo Melhor, Cedovim, Muxagata, Chãs e Santa Comba. As duas últimas pertenceram ao concelho de Marialva. As duas primeiras eram ambas vilas e formavam um concelho autónomo de que em 1758 era Donatário D. José de Vasconcelos e Sousa, Conde de Castelo Melhor. A sua população era constituída por 343 vizinhos (1110 pessoas de sacramento). Em Almendra existia a Santa Casa da Misericórdia que, embora não possuindo hospital, dispunha de uma capela datada do século XVI, a qual ainda hoje se conserva. Também Cedovim e Muxagata foram concelhos.

No conjunto e em resumo, o concelho de Vila Nova de Foz

Côa é integrado por um punhado de freguesias cuja importância individual terá sido no passado bem mais notória que nos nossos dias, ainda que alguns indícios muito antigos nos permitam suspeitar já de alguma estagnação, senão mesmo de declínio.

2. Principais actividades económicas

De que é que viviam então as gentes de que aqui tratamos?

Sem dúvida da agricultura, da pecuária, da pesca, do trabalho artesanal e do comércio.

A leitura de alguns estudos em que as terras de Foz Côa são objecto preferencial ou parcial (por exemplo, a de D. Joaquim de Azevedo) leva-nos a pensar que as suas gentes eram mais inclinadas ao comércio do que ao aproveitamento adequado da fertilidade natural dos seus solos. Talvez assim tivesse sido em épocas de forte componente judaica no interior da população. Mas não nos parece que essa característica tivesse perdurado durante toda a época moderna, não obstante a importância das feiras próximas de Azinhoso e de Trancoso e mesmo as feiras locais a que acima fizemos referência, a que poderíamos juntar a anual de S. Mateus em Almendra e a semanal (ao sábado) de Freixo de Numão.



Estação C. P. de Foz Côa, Rio Douro

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico* (Memória n.º 187, vol. 16, p. 1131). O factor de multiplicação utilizado no cálculo é 3,6 e resulta da média obtida quando o pároco indicava simultaneamente o número de vizinhos e de pessoas — caso de Freixo de Numão e de Touça. No entanto, a fonte suscita dúvidas, porquanto atribui a Murça 52 vizinhos, quando o pároco de Murça na sua *Memória* não lhe dá mais que 45.

2.1 O peso do «sector primário»

O exame das *Memórias Paroquiais* de 1758 permite-nos afirmar a grande pujança da agricultura, da pecuária, da pesca fluvial e até da caça.

Quanto à agricultura, a abundante produção de cereais em duas folhas é assinalada em vários depoimentos. Trigo, centeio, cevada são colhidos um pouco por toda a parte, em proporção diferente conforme a predisposição das terras. O pároco de Almendra chega ao pormenor de divulgar quantidades: em 1756 produziram-se 40 000 alqueires de cereal, sendo menos favorável a colheita de 1757 devido à esterilidade do ano.

Outra cultura constante em todas as *Memórias* é a do azeite. Não é menos citada a produção de amêndoa. Infelizmente não possuímos estatísticas que nos esclareçam um pouco mais. Será suficiente a verificação de que esses produtos constavam sempre da lista de exportações da cidade do Porto?

O cultivo do arbusto do sumagre é referido na maior parte das *Memórias*. Mas a do abade de Freixo de Numão acrescenta que os sumagres aí produzidos «rendem bom dinheiro». Efectivamente, sendo um produto muito eficiente para o curtimento de peles e para a tinturaria, era muito procurado por sapateiros e surradores não só da região como da cidade do Porto e de outros lugares. Aliás, devemos acrescentar que já nos fins do século XVI, antes da predominância do açúcar e do vinho, o sumagre era o produto mais valioso que os mercadores do Porto exportavam para a Flandres e para a Inglaterra. Nos fins do século XVIII ainda consta de todas as listas das exportações pela barra do Douro, mas cada vez em menores quantidades. É certo que nem todo o sumagre (tal como acontecia com a amêndoa, frutas e azeite) exportado provinha das terras de Vila Nova de Foz Côa, mas pertencia-lhe uma parte substancial.

O vinho aparece citado em quase todas as *Memórias*: mas enquanto o pároco de Horta exalta o «bom vinho» fabricado na sua terra, o de Murça confessa que o seu é «mediano», não sendo líquido no entanto que aqui a mediania tenha mais a ver com a qualidade do que com a quantidade. O de Castelo Melhor declara que na sua freguesia se produz pouco ou nenhum.

Os géneros hortícolas merecem igualmente referências dos clérigos: ervilhas, ervanços, feijão, cebolas, lentilhas. A omissão de batata significa, por certo, que a cultura do tubérculo não se achava ainda notoriamente desenvolvida.

Quanto a árvores de fruta, a figueira achava-se universalmente divulgada, aparecendo também menção da botelha (casta antiga de pereira). Sabemos por outras vias que frutos diversos se podiam colher, como melões, melancias, laranjas, pêssegos.

A criação de gado empregava muitos braços. As preferências e as condições favoreciam o gado miúdo. Só em Castelo Melhor havia em 1758 mais de 3 000 cabeças de ovelhas, carneiros e



1



2



3

Pedra-branca:
1 Vila Nova de Foz Côa
2 Freixo de Numão
3 Musageta

cabras. Mas a pecuária não se limitava aos lanígeros: o abade de Vila Nova de Foz Côa lembra a quantidade de vacas e touros pertencentes aos da terra e aos de fora dela, cuja guarda era arrematada anualmente na Praça da vila. E é preciso não esquecer os animais de criação: coelhos, galináceos, porcos.

Sobre a caça, as *Memórias* distinguem entre caça grossa e caça miúda. Pertenciam à primeira os porcos monteses, as corças e os lobos de o pároco de Foz Côa regista, mas já começavam a rarear em 1758. Perdizes, coelhos, lebres eram mais fáceis de topar.

2.2 A importância dos rios

Continuando a falar do sector primário, as *Memórias Paroquiais* evidenciam uma outra nota que não vimos devidamente sublinhada nas monografias, mas que se nos afigura digna de destaque: a importância dos cursos de água para os habitantes.

Em primeiro lugar, pela variedade de rios e ribeiras que sulcam o concelho: o Rio Douro ocupa a primazia, mas outros são referidos, mesmo que secassem no Verão e não corressem exactamente nas freguesias que os citam: para além do Côa, lembra-se o Águeda e a Ribeira de Aguiar (Almendra e Castelo Melhor), Ribeira de Teja e «outra que vem do lugar de Mós» (Murça).

Qual a importância quotidiana dos rios?

A) Forneciam enorme quantidade e variedade de peixes: barbos (alguns «de 8 e 10 arrático», isto é de 3,5 a 4,5 Kgs.), bogas, enguias, muges, solhas, cachuchos, bordalos, trutas, lampreias e sáveis e outros peixes miúdos. As águas eram livres, pelo que nos rios se implantavam pesqueiras ora de particulares ora do concelho que arrendava a respectiva exploração. Acrescente-se apenas a curiosidade assinalada pelo abade Esteves Pereira, de Foz Côa: o Rio Côa secava em alguns verões, restando com água apenas alguns poços fundos. Então os peixes aí pescados eram prejudiciais à saúde por causa das sezões que provocavam...

B) Proporcionavam força motriz para a instalação de azenhas, moinhos e atafonas, não só para moenda do cereal mas também para trituração do sumagre. Embora as do Rio Douro fossem frequentemente arruinadas pelas cheias, sempre se reconstruíam.

C) O Douro oferecia uma excelente via de comunicação, não só para produtos como para pessoas. O transporte e passagem de pessoas de uma margem para outra do Douro, bem como na Foz do Côa, eram assegurados por barcas que rendiam para o concelho ou para uma ou outra irmandade. O concelho situava-se a montante do cachão de São João da Pesqueira. Percebe-se, por isso, nas *Memórias*, uma grande vontade de ver depressa removido esse obstáculo, de forma a que se garantisse rapidamente a navegabilidade do Douro do Porto à fronteira. O pároco de Almendra acrescenta mesmo que «sendo obra já principiada por hum particular que o Publico devia concluir».

D) As margens do Douro, embora abruptas em grande parte

do concelho, aqui e além ofereciam óptimos locais de lazer. A *Memória* de Almendra lembra os banhos no rio, óptimos para refrescar...

3. A religiosidade das gentes

As *Memórias Paroquiais* permitem-nos sublinhar uma última nota que reputamos interessante. Trata-se da religiosidade das pessoas manifesta nas múltiplas irmandades e confrarias, bem como num sem número de capelas e ermidas públicas e privadas, espalhadas pelo concelho, algumas das quais gozavam de grande fama taumaturgica. É o caso das capelas de Nossa Senhora da Veiga (Foz Côa), a quem se recorria sempre que havia períodos de seca prolongada, e de Nossa Senhora da Graça (Mós), que se achava repleta de ex-votos representando partes do corpo humano esculpidas em cera. Para além de Nossa Senhora, invocada sob múltiplos títulos, os de Foz Côa veneravam muitos santos, cujas imagens ornavam os altares das igrejas paroquiais, emprestavam o nome respectivo às capelas e ermidas e saíam à rua processionalmente nas frequentes festas e romarias.

Fontes e Bibliografia

Foi-nos essencial a consulta do *Dicionário Geographico* manuscrito organizado pelo Padre Luis Cardoso e guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Otras referências:

- AZEVEDO, D. Joaquim de, *Historia Ecclesiastica da Cidade e Bispoado de Lamego*, Porto, 1877
 SOUSA, Fernando de, e PEREIRA, Gaspar Martins, *Alto Douro — Introdução - Douro Superior*, Lisboa, 1988
Vila Nova de Fozcoa in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 35, Lisboa, pp. 647-660
Vila Nova de Fozcoa in Portugal Antigo e Moderno: Dicionario Geographico, Estatistico... de Augusto Soares de Pinho LEAL, vol. XI, Lisboa, 1866, pp. 829-849.

O autor é Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Coordenador da Linha de Investigação em História Moderna do GEHVID — Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (JNICT/FLUP).

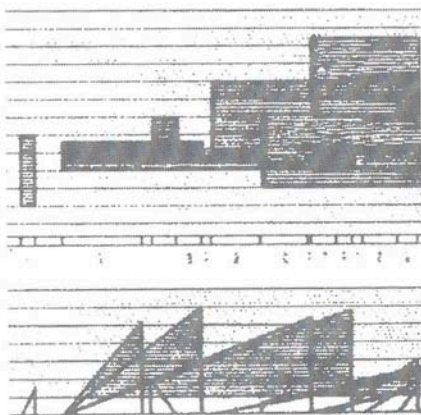
Notas para a História Contemporânea de Foz Côa

Gaspar Martins Pereira

Terra de mercadores

Em finais do século XVIII, Foz Côa, ponto estratégico de passagem entre as terras da Beira e Trás-os-Montes, na proximidade do Pocinho, mantinha o seu tradicional dinamismo de vila mercantil. «O que falta na cultura da terra, excede no comércio, em que são destros e aplicados os moradores de Vila Nova, quase todo fora da pátria, e algum avultado», escrevia então o ex-pároco de Cedovim, D. Joaquim de Azevedo (1). Poucos anos depois, o testemunho de José Acúrcio das Neves atribuiu mesmo a Foz Côa a importância de centro redistribuidor intra-regional: «Vila Nova é a terra de maior povoação da Comarca de Trancoso, e uma das mais ricas da Beira Alta, pelo muito comércio que ali se faz, tanto em sedas, como em bacalhau, arroz e outros géneros e comestíveis, que por aquele ponto se distribuem pelas terras comarcãs de Portugal e Espanha: oferece-lhe esta vantagem a sua posição junto ao Douro, que é navegável até às suas vizinhanças em uma grande parte do ano, ajudada pela indústria dos seus habitantes» (2). Apesar de já destruído o Cachão da Valeira, em 1792, o que permitiu alargar a navegabilidade do Douro até Barca de Alva, as relações com o Porto mantinham-se distantes. Como em todo o Douro Superior, o sistema de relações continuava a privilegiar aqui os laços tradicionais transfronteiriços e as ligações Norte-Sul.

Nada fazia adivinhar, há dois séculos, a actual vocação vinhateira de Foz Côa («o vinho é pouco, e se gasta até janeiro», referia D. Joaquim de Azevedo (3)). Em contrapartida, a terra produzia, mesmo com técnicas rotineiras, cereais em abundância (trigo, centeio e cevada) (4). Os montes e encostas menos propícios à cerealicultura cobriam-se de amendoeiras e de sumagrais espontâneos. A produção de pó de sumagre, que em muitas zonas do Douro desaparecera com o alastrar do vinhedo, continuaria a fazer-se em Foz Côa, exportando-se várias dezenas de toneladas para as tinturarias e curtumes do Porto e outras terras (5). Por toda a área do actual concelho, desenvolvia-se a cultura da oliveira e a criação de gado, sobretudo lanígero. A extensão dos terrenos baldios e pastos comuns garantia até aos mais pobres a actividade pastoril. A produção artesanal era ainda significativa, destacando-se a seda e as lãs, se bem que as outrora importantes indústrias de atanados, curtumes, cordoaria e cordovões tivessem já decaído.



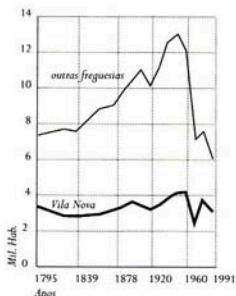
(1) AZEVEDO, D. Joaquim de, *História eclesiástica da cidade e bispado de Lamego escrita por... e continuada por um cingado da Sé de Lamego*, Porto, Tip. do Jornal do Porto, 1877, p. 192.

(2) NEVES, José Acúrcio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, (1810), in *Obras Completas de José Acúrcio das Neves*, vol. 2, Porto, Alfontamentos, s/d, p. 303.

(3) AZEVEDO, D. Joaquim de, *ob. cit.*, p. 192.

(4) *Ibidem*, *ob. cit.*: «O território é por extremo fértil, e seria riquíssimo se a indústria do cultivador o favorecesse».

(5) Em finais do século XIX, produz-se aqui uma média de 60 toneladas de sumagre por ano. Cf. CABRAL, Afonso do Vale Coelho Pereira, *A região vinhana do Alto Douro, desde a Barca d'Alva até ao Cachão da Valeira*, "Boletim da Direcção Geral de Agricultura", 6º ano, nº 3, 1895, p. 474-475.



Intolerância e crise

Na primeira metade do século XIX, Foz Côa viveu tempos de instabilidade, agitação, intolerância e ódios políticos. Em 1808, no quadro dos movimentos populares que sucederam à expulsão dos franceses, seriam perseguidas muitas das famílias de negociantes de Foz Côa, descendentes de cristãos-novos e acusadas de manterem cumplicidade com os invasores.

Vinte e tal casas, das mais ricas da vila, foram saqueadas e destruídas por tumultos populares que se formaram «ao toque dos sinos» e instigados por «certos homens prepotentes», aos gritos de «morram os franceses, e os judeus que os protegem» (6). Muitos fugiram da vila, alguns para Moncorvo (o que provocaria uma autêntica guerra entre as duas vilas fronteiras) e nunca mais regressaram. Não menos violenta foi a perseguição miguelista aos liberais, desde os anos vinte, e, depois, na década seguinte, a vingança dos últimos. Os confrontos entre setembristas e cartistas revestiram-se aqui de particular dramatismo, envolvendo algumas das famílias gradas da terra, como os Campos e os Marçais. Multiplicaram-se episódios de agressões, assassinatos, incêndios de casas (7)...

Entre finais do século XVIII e 1826, a vila terá perdido umas 150 famílias. Continuará a perder gente até meados do século. Só depois, no período da Regeneração, a vida regressaria lentamente à normalidade, não sem que se verificasse a irrupção momentânea de alguns episódios violentos, como o motim anti-fiscal de 1863, que destruiu o edifício da Fazenda, ou as lutas

eleitorais de 1876, em que foram incendiadas várias casas. Outras vezes, são as calamidades naturais que afligem a população de Foz Côa. A escassez de água potável na vila e as péssimas colheitas de 1854 a 1856 conjugaram-se aqui com a grande epidemia de cólera que vitimou, em 1855, centenas de pessoas.

A vila de Foz Côa só recuperaria os níveis demográficos de finais do século XVIII (cerca de 3500 habitantes) por volta de 1890-1900. O mesmo aconteceria a outro centro de poder municipal, Freixo de Numão, cuja população diminuiu de forma acentuada na primeira metade do século XIX. Em contrapartida, no mesmo período, cresceram todas as outras povoações do actual concelho. As terras a leste de Côa quase duplicaram a população (8).

O alargamento da área do concelho

Apesar disso, as reformas administrativas do liberalismo vieram beneficiar o concelho de Vila Nova de Foz Côa, que acabaria por integrar todas as outras unidades municipais limítrofes, chegando mesmo a ultrapassar os limites actuais. Até 1836, o concelho de Foz Côa abrangia apenas a freguesia da vila. Nesse ano, foi-lhe anexado o concelho de Muxagata. Em 1853, integrou o vasto concelho de Freixo de Numão, que incluía as freguesias dos extintos municípios de Cedovim e Touça (anexados a Freixo em 1836) e as freguesias de Mós, Custóias, Horta, Murça, Numão, Freixo de Numão, Sebadelhe, Seixas e Vale de Boi (actual Santo Amaro). Finalmente, em 1855, integrará não só as freguesias de Chãs e Santa Comba (anteriormente pertencentes ao concelho de Marialva), mas ainda os concelhos de Almendra (que incluía as freguesias de Castelo Melhor e Almendra) e Marialva, que passará para a Meda em 1872.

O alastrar da viticultura

O concelho de Vila Nova de Foz Côa não é, como aliás todo o Douro Superior, uma área tradicional de grandes vinhedos. De facto, a demarcação pombalina excluiu todo o território a montante do Cachão da Valeira. Mesmo depois de 1792, destruída a cachoeira que impedia a navegação dos rabelos para cá do Tua, a passagem não se fazia sem sobressaltos. Apesar disso, alguns comerciantes, como António Bernardo de Brito e Cunha ou António Bernardo Ferreira, investiram nesta área desde o primeiro quartel do século XIX, aproveitando o afrouçar do poder da velha Companhia das Vinhas do Alto Douro. Introduzidos clandestinamente na região demarcada (só o Vesúvio produzia, em 1838, 561 pipas (9)), estes vinhos depressa se tornaram

(6) NEVES, *op. cit.*, p. 304.

(7) Cf. FERREIRA, Pedro Augusto, *Vila Nova de Foz Côa*, in LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, Lisboa, 1886, p. 829-849; COSTA, Sousa, *Plujas de Sangue*. Brásiles, Marçain & C., Lisboa, Ed. Portugal-Brasil, 1919; MARÇAL, Rafael, *Os Marçais de Foz Côa*, Lisboa, 1934.

(8) Para os dados demográficos, entre 1864 e 1991, cf. os *Recenseamentos da População* respectivos. Para o período anterior, consulte-se: AZEVEDO, D. Joaquim de, *op. cit.*; as *Instituições... para a eleição de deputados do Cortes de 1826*, Lisboa, Imprensa Régia, 1826; o *Mapa estatístico das congregações das paróquias e concelhos das freguesias do Continente do Reino, 1839-1840*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841; diversos *Diários do Governo* (consultamos o de 1845, nº 108); e os *Relatórios dos Governadores Civis à Junta Geral do Distrito da Guarda, 1856 e seguintes*.

(9) LIDDELL, Alex, e PRUCE, Janet, *As Quintas do Vinho do Porto*, Lisboa, Quetzal, 1992, p. 238.

reputados no mercado inglês. Porém, o alastrar do vinhedo será bastante lento. Ainda por volta de 1865 toda a produção do concelho de Foz Côa não ultrapassava as 1400 pipas (10). Só depois da invasão da filoxera na área demarcada tradicional, nos anos sessenta e setenta do século passado, num período de liberdade comercial, é que se assistiria à expansão em grande da viticultura em todo o Douro Superior. Foz Côa assumirá então um lugar de relevo na nova carta vitícola regional. Em 1882, a produção elevava-se já a quase 6 mil pipas, vendendo-se a preços elevados. Entretanto, a partir de 1879, a filoxera começara também a devastar os vinhedos de Foz Côa, de tal forma que, em 1884, a produção caíra para cerca de 160 pipas (11). Como por todo o Douro, procurou combater-se o insecto que destruíra as videiras recorrendo ao sulfureto de carbono e, depois, aos porta-enxertos americanos. Fizeram-se novas plantações. A construção da linha do Douro, que chegará à fronteira em 1887, viria reforçar a importância de Foz Côa (12) e facilitar a ligação ao Porto, contribuindo também para um melhor escoamento dos vinhos da região. Em 1892, produzia-se cerca de 4100 pipas. Entre todas as quintas que surgiram nessa época sobressaía a do Vale Meão, fundada pela «Ferreirinha». Com cerca de 600 hectares comprados, entre 1877 e 1879, em hasta pública ao concelho — eram várias lezenas de parcelas baldias — a quinta chegou a empregar mais de mil trabalhadores diários na plantação, que se iniciou em 1887 e só foi concluída em 1896, ano da morte de D. Antónia.

No início do século XX, com as demarcações de 1907 e 1908, Foz Côa passou a integrar a região produtora de vinho do Porto. Mas, em 1912, com 331 vinhas registadas, produzia pouco mais de 1800 pipas de vinho (13). Só mais tarde recuperará os níveis do início dos anos oitenta do século XIX (cerca de 6 mil pipas, por volta de 1945; quase 8 mil pipas, em 1970). Hoje,

Foz Côa, com todas as suas 17 freguesias integradas na Região Demarcada do Douro, contribui para uma parte significativa da produção, quer de «vinhos do Porto», quer de vinhos com a denominação de origem «Douro». O concelho integra algumas das mais importantes quintas da região, que se destacam pelos seus vinhos de grande qualidade. Desde 1953, produz-se aqui, na Quinta do Vale Meão, em anos e condições excepcionais, segundo o processo concebido por Nicolau de Almeida, o mais célebre vinho de mesa português — o «Barca Velha». A partir de finais da década de cinquenta, as cooperativas agrícolas do concelho virão dar um impulso decisivo à viticultura. E, mais recentemente, desde os anos setenta, a vasta exploração cerealífera da Quinta de Santa Maria (hoje Ervamoira), entre Chãs e Muxagata, foi substituída por vinhedos, organizados de maneira exemplar, tanto na escolha dos terrenos, como na armação das vinhas (plântio vertical), na selecção de castas (5 castas, por blocos), na mecanização de diversas operações de granjeio e enológicas. O resultado alcançado é um rendimento excepcional, com custos menores que na generalidade das explorações vitícolas durienses, e simultaneamente uma elevada qualidade desses vinhos.

O refluxo demográfico recente

Na história recente do concelho, o fenómeno mais relevante é a dramática perda de gente, que continua a debandar para a França, para a Suíça, para os arrabaldes do Porto ou de Lisboa.

Entre finais do século XIX e a I Guerra Mundial, muitos fozcoenses trocaram a terra pelo Porto ou pelo Brasil. A travagem posterior deste fluxo migratório não traria resultados imediatos ao nível dos efectivos demográficos do concelho, já que as epide-



Castelo Melhor, vista a partir do castelo



Vila Nova de Foz Côa, Igreja Matriz

(10) Relatório do Governador Civil à Junta Geral do Distrito da Guarda, 1865.

(11) Anuário Estatístico de Portugal, anos de 1884 e 1892.

(12) Já no nosso século, a construção da linha do Sabor, entre 1911 e 1938, ligando o Pocinho a Duas Igrejas (entretanto desactivada em finais da década de setenta), viria reforçar ainda mais a importância ferroviária do Pocinho.

(13) Comissão de Viticultura da Região Duriense. Relatório da Comissão Executiva do ano de 1914, "Boletim da Direcção Geral da Agricultura", Lisboa, Imprensa Nacional, 1917.



mias do pós-guerra, em particular a gripe pneumónica de 1918, viriam então a revelar-se muito mortíferas (14). Só depois, entre 1920 e 1950, se assistiria a um crescimento nítido da população. Porém, nas décadas seguintes, com as saídas de colonos e soldados para África e de emigrantes para o Brasil e, depois, para a Europa, a tendência inverte-se, verificando-se um esvaziamento progressivo do concelho. A retração demográfica da década de sessenta rondaria os 39%. Nos anos setenta, o regresso de muitos fozcoenses à terra-natal parecia querer contrariar essa tendência, mas os dados do recenseamento de 1991 revelaram afinal que o despovoamento continuara nos anos oitenta, apesar da construção de algumas infraestruturas assinaláveis (a barragem do Pocinho, estradas, edifícios públicos, etc.). De 17116 habitantes em 1950, a população do concelho passou para 8885, em 1991. A vila, se bem que tenha também perdido uma parte significativa da sua população no mesmo período (passou de 4120 para 2974 habitantes), aumentou o seu peso relativo face ao conjunto do concelho (de 24 para 33%).

O despovoamento das aldeias coincide, assim, com o abandono da agricultura e uma terciarização desajustada à realidade socioeconómica local. Com uma fraca taxa de actividade, com cerca de 40% da população adulta a viver de subsídios ou pensões de segurança social, o sector terciário ocupa 42,5% da população activa.

Outros indicadores revelam uma situação não menos preocupante. Cerca de 22% da população com mais de 15 anos não sabe ler nem escrever. O envelhecimento dos efectivos demográficos — uma percentagem de velhos que atinge quase um terço da população, o esvaziamento dos grupos etários correspondentes ao período da grande vaga emigratória dos anos sessenta e o nítido recuo da natalidade — só parece compensado com um peso relativo importante dos jovens nascidos na década de setenta e inícios da de oitenta, que hoje têm entre 10 e 19 anos. São os jovens estudantes do ensino básico e secundário de Foz Côa. Queiramos ou não, o futuro depende deles.

Anos	Pop. com menos de 15 anos (%)	População 15-59 anos (%)	Pop. com 60 anos e mais (%)
1970	24,7	49,7	24,7
1981	22,9	54,3	22,8
1991	17,0	50,8	32,2

Maia/Covas do Douro, Abril de 1995

(14) COBÃO, António N. de Sá, e TRABULO, António A. Rodrigues, *A Primeira República no concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 1993, p. 217 e 221.

O autor é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador do GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (JNICT/FLUP).

Uma Digressão Intimista e Amarga pelas Oportunidades de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro ou a Perversão Exemplar do Processo das Gravuras Rupestres do Côa

António Manuel Figueiredo

"Os Transmontanos são pessoas de acção e não de palavras vazias"
in *Livro do Segundo Congresso Transmontano*, p.24
Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, Lisboa, 1942

Escrevo, datadamente, numa altura em que o "Público" me informa, matutinamente, que a segunda fase da controvertida Barragem de Foz Côa se encontra ao que parece adiada. A notícia confirma que, em despacho dirigido ao Ministro da Indústria e Energia e ao Sub-Secretário de Estado da Cultura, o Primeiro Ministro considera fora de causa a não preservação das gravuras rupestres do Côa, solicitando uma proposta concertada que melhor sirva os interesses nacionais.

Paradoxalmente, ou talvez não, a minha reacção instintiva e afectiva a esta notícia tende mais para a perplexidade do que para a percepção de vitória. Devo confessar, ainda assim, que não tendo sido até ao momento militante empenhado, no terreno, da causa das gravuras, admiti de início residir nessa distância face ao problema as razões do aparente absurdo da minha perplexidade.

Não convencido com tal argumento e já pressionado pelo convite para o artigo no *Boletim*, avanço com uma introspecção mais sistemática, procurando motivos mais profundos para a estranheza de uma reacção que, face à minha matriz de compreensão e prática do desenvolvimento, deveria ser mais entusiástica (1).

Compreendo, por fim, que a reacção afectiva não traiu a coerência renovada dos conceitos. Através da notícia do "Público" inoqui, inconscientemente, as oportunidades perdidas do desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD). Apoiado numa expedita revista de imprensa, reconstituiu as peças do

"puzzle" e apreendo a perversão exemplar de um caso não menos exemplar e a má consciência de um poder político sectorialmente espartilhado.

Podem-me, é esse o desafio, que integre o caso das gravuras do Côa numa perspectiva de futuro, isto é, que relance o tema das oportunidades para um "novo" desenvolvimento de TMAD a partir do capital da memória intertemporal das gravuras.

Ainda fixado na notícia do "Público" e na mesma onda de digressão intimista, vem-me à memória um artigo do economista brasileiro Francisco Oliveira (2) que, escrito numa linguagem viperina, contundente e radical, fazia as delícias dos meus alunos no período (1976-78) que antecedeu o primeiro Programa de Estabilização em Portugal. Orientado para uma crítica "total" da utilização do crescimento do Produto Nacional Bruto como critério de desenvolvimento e da tecnocracia como instrumento credível do seu planeamento, Francisco Oliveira encenava uma situação limite, no mais recôndito sítio nordestino, no qual uma rara enfermidade da mais desamparada das criaturas gerava um afluxo de especialistas, curiosos e videntes criando, por inerência e na sequência de planeamento irreprensível, um típico processo de auge e ocaso de crescimento económico.

Nesta mesma linha, imagino uma cruzada de arqueólogos especialistas do Paleolítico e da arte rupestre, de proto-historiadores, geólogos, paleontólogos, antropólogos, etnólogos, especialistas de conservação, jornalistas nacionais e correspondentes internacionais, políticos, deputados europeus e eurocratas, preservadores e guardiões de templos...

E porque não admitir que, salva pelo "gong" institucional da



Foz do Côa, Foz do Rio Côa



Algozomb, arquitectura popular

(1) Posteriormente, através de uma nova notícia do "Público" confirmei que o Professor Vítor Oliveira Jorge paralisava as mesmas reservas face aos termos em que a suspensão era comunicada.

(2) Artigo cuja referência se perdeu também na minha própria memória.

boa consciência ministerial, a tutela do betão não descobria, em golpe de rins institucional, uma nova pléiade de especialistas em planeamento de barragens com preservação e valorização de gravuras rupestres, consagrando mais um domínio incontestado de internacionalização da engenharia de boa cepa nacional...

Simultaneamente, no interior ignorado da máquina de promoção do ICEP, a violência das críticas de alguma reputada imprensa internacional à ameaça de perda dos achados arqueológicos faz despertar o "killer instinct" de um obscuro especialista em *marketing* operacional. No mais puro modelo de utilização (judoca) da força do adversário, surge uma arrojada campanha de *marketing* turístico agressivo, saudavelmente realizada à revelia do Plano de Promoção a médio-prazo: turismo interventivo e militante pela causa do património histórico-cultural.

Na estação seguinte, alluem à zona novas correntes de procura turística socialmente empenhada, engrossando no terreno o movimento de opinião.

Alertado pela progressiva auto-estima da população estudantil local, que vê no processo novas perspectivas de fixação de empregos, mas também estimulado pela má consciência quanto aos resultados de outras (suas) intervenções de planeamento na Região, o Ministério do Planeamento lança um programa de apoio à mobilização do potencial de investigação hidráulica e de domínio das novas tecnologias do betão: como assegurar a transferência, inter-temporal, para os muros de suporte do significado das gravuras?

Prolongando a minha avaliação prospectivo-fantasia, estimo, entretanto, que os efeitos na sociedade local desta cruzada de novos interesses se limitam, perigosamente, após algum tempo de maturação do processo, ao recrudescimento da pequena restauração local, fundamentalmente informal, eventualmente estendidos ao pequeno comércio de circunstância.

Perante esta estimada incapacidade local de produzir e aproveitar oportunidades a partir da cruzada de interesses e interessados



Castanheiro antigo, Lígares (Fresco de Espada à Cinta)

em torno das gravuras, regressam os argumentos familiares à teoria moderna do desenvolvimento, que sublinham a ausência de massas críticas de recursos humanos e de investimento em conhecimento, a inexistência de capacidade empresarial endógena, a insensibilidade do planeamento aos efeitos de complementaridade dinâmica, a insondável abordagem cultural ao desenvolvimento sustentado (*cultural sustainability*).

Reprimo a imaginação e regresso a uma resposta mais estruturada, dirão alguns mais científica, ao pedido que me foi endereçado.

Encarado na perspectiva das oportunidades de desenvolvimento de TMAD, o caso das gravuras rupestres acumula uma série de perversidades.

De facto, na teia das oportunidades historicamente perdidas, as gravuras do Côa destacam-se essencialmente pelo valor intrínseco do recurso, onde se combinam a qualidade do sítio e o estatuto de património universal.

No entanto, o que me fascina neste caso é a diferente capacidade de resposta e de auto-estima da sociedade local. Outras oportunidades perdidas pareceram ignoradas, sem reacções tão firmes e empenhadas.

Sem qualquer preocupação de hierarquizar ou exaurir este domínio, invoco a força telúrica avassaladora registada por António Reis no seu Trás-os-Montes, a tardia percepção dos atrasos de programação e concretização do IP-4, a lenta degradação do recurso multi-variado que é o vinho do Douro e a concomitante (embora não determinística) estagnação socioeconómica do território que lhe corresponde, a progressão dos clientelismos como preço elevado da economia subsidiada, a tensão latente e nem sempre resolvida entre as formas emergentes de solidariedade inter-municipal e o paternalismo das intervenções de planeamento descendente na Região, a aposta ainda não totalmente ganha do associativismo empresarial de base local e regional e tantos outros indícios de oportunidades perdidas ou em riscos de o ser.

Ora, nestes casos, a sensação que emerge é que o esvaziamento das oportunidades acima mencionadas foi fortemente influenciado pela ausência ou tardia capacidade de resposta da sociedade local.

Como explicar, então, a reacção mais firme de protesto gerada a partir das gravuras rupestres?

Será que o recurso em causa é, por si só, suficientemente apelativo para justificar a percepção do risco? A particularidade da conjuntura política terá favorecido a mediatização do problema, abrindo espaço à sucessão de actores políticos no terreno da controvérsia? Qual o significado estratégico da mobilização da população estudantil? Terá a visibilidade internacional do processo contribuído para segregar novos assomos de auto-estima da população local?

A resposta a estas questões configura alguns dos aspectos mais decisivos da promoção de dinâmicas de desenvolvimento susten-

tado em áreas demográfica e economicamente deprimidas.

Em primeiro lugar, mais do que qualquer obra da especialidade ou acção de formação de quadros para o desenvolvimento, o "trade-off" ou a alternativa impossível entre a preservação das gravuras e a infraestruturização acéfala constitui um capital de aprendizagem insubstituível para os actores locais em matéria de concretização de uma política de desenvolvimento sustentado.

Na primeira apresentação do problema, o projecto de barragem emerge como a materialização de uma decisão coerente, sólida, assentando numa pretensa demonstração inequívoca dos benefícios de desenvolvimento. Mas, mal a controvérsia se instala, é perceptível que a racionalidade global de Estado não existe e que o projecto traduz afinal a lógica de um poder sectorialmente espartilhado, frágil em matéria de consensos trans-sectoriais. A fundamentação técnica que se julgava sólida e à prova das arremetidas mais aguerridas revela-se, pelo contrário, mais insuficiente. Ocorre-me perguntar qual a transparência e a publicidade, em suma a democraticidade, dos estudos de impacte ambiental que terão sido eventualmente realizados.

Neste contexto, a perplexidade dos actores políticos locais é, em si mesma, um material pedagógico inestimável. Entre o apelo telúrico da memória e do sentido de sítio e de pertença e a lógica demolidora de um discurso desenvolvimentista, tanto mais poderosa local quanto mais as alternativas de recursos escasseiam, a hesitação ilustra exemplarmente as vicissitudes de transposição dos conceitos e princípios do desenvolvimento sustentado para uma estratégia viável.

Compreende-se a exemplaridade deste caso quando se intui que, embora sem o potencial mediático das gravuras rupestres, outras referências de memória aguardam em equilíbrio instável conflitos semelhantes. A paisagem sublime do Tua e das encostas do Douro, o Alvão e o Montesinho, a urbanidade ainda contida de algumas sedes de concelho, a arquitectura popular e alguma cultura empresarial endógena de transformação de produtos locais constituem alguns exemplos de conflitos em fila de espera.

Ora, no contexto estrutural actual da região e do espaço de inserção próximo do Côa, as oportunidades de desenvolvimento futuro não podem deixar de passar pela valorização destes símbolos da memória local. Qualquer estratégia de promoção etapista de infraestruturas físicas distanciada dessa memória ou contribuindo para a sua destruição compromete e reduz o já débil espectro de oportunidades.

O quadro seguinte (3) pretende ilustrar o contexto estrutural atrás mencionado.

Os dados falam por si. Neste contexto deprimido, há que 39

(3) Informação coligida a partir do Estudo Estratégico de TMAD em curso de realização pela Quaternaire-Portugal, sobretudo a partir da análise metuculosa do Dr. Rodrigo Meireles.

Quadro 1: Contexto estrutural e investimento autárquico com participação comunitária na região

Variáveis	Vila Nova de Foz Côa	Vale do Douro Superior	TMAD
Saldo fisiológico . 1981-90	-434	1 816	12 326
Saldo migratório . 1981-90	-457	-7 281	-78 541
Taxa de repulsão . 1981-90 (%)	-4,7	-12,7	-13,4
Taxa de crescimento natural 1990-92	0,0	-1,9	-2,7
Varição % da população nas sedes de concelho . 1981-91	-19,8	3,6	26,9
Peso demográfico (%) das sedes de concelho . 1991	33,5	21,4	26,9
Comparticipação FEDER no PROTAD . 1990-93 (contos) (4)	221 588	1 197 402	12 086 897

inventar o modo como o desenvolvimento sustentado e integrador da memória e da imaterialidade pode contribuir para a revitalização da sociedade local, respondendo ao desafio da fixação da população jovem com nível de escolaridade crescente.

No plano dos eco-recursos, sabe-se hoje que o conceito mais administrativo do que operativo de Reserva Ecológica Nacional constitui apenas um instrumento para atingir esse desiderato. Preservar no quadro de estratégias de valorização de recursos, embora constitua algo de mais apelativo, é sempre mais complexo do que a preservação pura e simples. O mesmo poderá afirmar-se, por analogia, no que respeita aos recursos patrimoniais e à memória local-universal (5).

A teoria do desenvolvimento, embora não tenha respostas acabadas para esta questão, sobretudo quando esta se coloca em espaços em perda, ajuda-nos, pelo menos, a identificar condições estratégicas de viabilização dessas apostas (6).

Em primeiro lugar, a probabilidade de valorizar o recurso é tanto maior quanto mais a sua preservação constituir fonte de auto-estima da população local. Ora, neste caso, existe um vasto potencial nesta matéria, aproveitando designadamente o capital mediático do processo e a sensação de visibilidade que o mesmo proporciona numa população acostumada a sentir-se marginalizada na mediação das questões territoriais.

Em segundo lugar, a valorização dos eco-recursos ou da memória cultural deve compreensivelmente orientar-se para a internalização desses efeitos relativamente ao espaço em perda. No entanto, para que essa valorização seja viável, é necessário um novo contrato de solidariedade, envolvendo designadamente recursos humanos e potencial de investigação exterior à zona em causa, permanentemente renovado. Valorizar um eco-recurso ou a memória cultural significa sobretudo transferir conhecimento, mobilizar

energias, criar capacidade de decisão e coordenação a nível local e não apenas erigir santuários.

Criar enlaces ou constituir fileira em torno de recursos físicos constitui matéria que não é estranha à política de desenvolvimento. O mesmo não pode dizer-se em relação a recursos imateriais.

Por isso, de acordo com a minha leitura das insuficiências estruturais de TMAD, o principal estrangulamento ao aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento futuro reside nas ameaças à coesão territorial e de poder de decisão. É fundamental que os já mencionados eco-recursos e memórias culturais sejam considerados não apenas na sua qualidade de recursos municipais, mas também na de potencial de toda uma região. Ora este estatuto de potencial regional e não apenas local exige a prática de sistemas apurados de percação inter-municipal no acesso aos meios de financiamento disponíveis e em esquemas de solidariedade de decisão política.

De facto, a capacidade de internalizar efeitos associados à valorização deste tipo de recursos não pode ser viabilizada ao nível municipal. Assim, a produção de conhecimento relevante, a oferta de serviços complementares e o investimento em capital social fixo exigem coesão regional. Aliás, só nesse contexto de coesão será possível valorizar instituições locais com potencial de intervenção nestes domínios. Num contexto de quebra progressiva de solidariedade regional em TMAD, instituições como a UTAD, o Instituto Politécnico de Bragança ou o associativismo empresarial verão reduzida a sua capacidade de intervenção na valorização dos mencionados recursos locais. A região de TMAD conhece o preço dessa incapacidade através da drenagem do excedente local, realizado no Porto ou em Lisboa pouco importa, pois é no exterior que ele se manifesta e repercute.

Nas regiões em perda, a tentação do protagonismo de pequena escala, onde o localismo dos interesses pode criar a ilusão de que o isolamento compensa, constitui a principal ameaça ao imperativo da coesão.

Depois, nas já mencionadas condições de debilidade de dinâmicas produtivas instaladas, a valorização dos eco-recursos ou das memórias culturais deve criar condições para uma maior visibilidade internacional desses espaços. Do local ao internacional constitui uma espécie de lema para quem o aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento implica necessariamente queimar etapas.

De facto, o gradualismo pode não ser viável neste tipo de contextos estruturais. Por outras palavras, a sobreposição harmoniosa de mercados de amplitude geográfica crescente, numa cascata de apostas progressivas (local, regional, nacional, mundial), nem sempre está ao alcance de processos em que o tempo (a duração) do desenvolvimento tem de ser encurtada. É estimável a coexistência de iniciativas, projectos ou empreendimentos empresariais fortemente internacionalizados, regra geral apoiados em pequenos

(4) Distribuída por acessibilidades, saneamento básico, equipamentos de apoio à actividade produtiva, outros equipamentos, pequenas infraestruturas e estudos de suporte.

(5) A proposta de criação de um parque natural e arqueológico luso-espanhol para o vale do Côa, assinada pelo Professor Vítor Oliveira Jorge, constitui nesta medida um estimulante contributo para o aprofundamento desta questão ("O património cultural do Côa não pode ir por água abaixo", *Público*, 30 de Março de 1995, p.14).

(6) Querão significar que os eco-recursos e a "co-pilagem da biosfera e do desenvolvimento" (René Passet), embora integrem insipientemente os mesmos conceitos de desenvolvimento, tardam em encontrar expressão equivalente na transposição desses conceitos para estratégias sustentadas.

nichos de competitividade, com actividades que sobrevivem na mais pequena das escalas e aproveitando mercados estritamente locais.

Em resumo, importa reter desde logo a oportunidade de valorização da auto-estima da população local criada a partir da repercussão nacional e internacional da preservação das gravuras rupestres. Nas condições estruturais de espaço em perda, a auto-estima é ela própria um recurso nevrálgico do relançamento interno.

Depois, é necessário combater a perversidade de encarar o vale do Côa como um santuário, no sentido mais passivo do termo, isto é, como um símbolo ou mau presságio de fixação de reservas desinseridas de qualquer perspectiva de desenvolvimento. Outras oportunidades perdidas (ou em vias de o ser) de TMAD exigem, na mesma medida, a nossa solidariedade de reflexão, opinião, crítica e acção.

Finalmente, o vale do Côa abre exemplarmente a discussão sobre o papel dos eco-recursos e da memória cultural na valorização de processos de desenvolvimento local e regional. Neste domínio, a coesão interna constitui condição necessária e inadiável para que a complementaridade de efeitos possa surgir. A dependência face ao exterior já não constitui hoje alibi consistente. Toda a dependência se reproduz com base em interesses locais.

Epilogo

Acabado o exercício, concluo que a anunciada digressão intimista e amarga pelas oportunidades de desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro terá sido menos amarga do que previa.

Afinal, a denúncia de uma certa perversidade no modo como o caso das gravuras tem feito aparecer novas e recentes boas vontades quanto ao futuro de regiões como TMAD aproximou-me, afectivamente, de uma realidade que me é distante na vivência diária. Tenho a sensação que estou agora em melhores condições para compreender algumas estratégias emergentes na região e enriquecer o diálogo estratégico com alguns actores locais.

Mas, mesmo que esta reflexão se perca numa sobre-dose de informação, algo permanece. Primeiro, através de um problema muito concreto, o **Boletim** poderá criar alguns laços de transversalidade disciplinar com outras reflexões no interior de uma Universidade que, na ausência destes espaços, tende a espartilhar perigosamente a nossa intervenção. Depois, num cenário ainda mais negro, em que esses laços não surjam, resta-me a consolação de ter concebido um estudo de caso, pedagogicamente muito rico, para discutir com os meus alunos a complexidade da transposição dos modernos conceitos de desenvolvimento sustentado para estratégias viáveis e credíveis de relançamento de territórios em perda. Finalmente, pressinto um sabor não amargo nesta digressão...

Porto, 31 de Março de 1995



O autor é Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Valores Simbólicos

José Mattoso

A luta entre os partidários da barragem e os partidários das gravuras envolve cada vez mais intervenientes porque é uma luta simbólica. Quer dizer, objectiva e revela oposições irredutíveis. De um lado, quem acha que em política tudo se reduz a satisfazer as necessidades básicas e materiais dos indivíduos; do outro, quem pensa que nem só de pão vive o homem. Num campo, quem acha que o passado em pouco ou nada contribui para a resolução dos problemas actuais; no outro, quem não pode conceber o futuro como uma ruptura com o passado. Aqui, quem só concebe o progresso como inovação; ali, quem o considera como resultante de uma acumulação progressiva de aquisições que não se excluem umas às outras.

Os primeiros reconhecem que há indivíduos interessados pelo passado, pela estética e pelo património; mas consideram-nos uma minoria sonhadora, sem os pés na terra, e, por isso, desprezável em termos políticos; ou mesmo uma minoria perturbadora, e por isso perigosa. Os segundos parecem impulsionados por um mandato tão imperativo como se agissem em nome de uma causa sagrada, como se se tratasse de salvar a Humanidade em perigo; daí a sua pertinácia e a sua capacidade de mobilização.

Estas posições podem ser irredutíveis. Mas a boa política consiste justamente em conciliar os interesses de uns com os interesses de outros. A preservação do poder depende, a longo prazo, dessa capacidade de conciliação.

A conciliação pode fazer-se com sinceridade e verdadeira eficácia quando a preservação

do património cultural se toma a sério, tal como a organização dos arquivos, bibliotecas e museus, a protecção do ensino artístico, a promoção da investigação científica, a autonomia do ensino universitário.

Poderá, até, simular-se, por períodos limitados, com medidas superficiais, aparentes e mesmo enganadoras, como sejam os orçamentos reais mas exíguos, os processos propagandísticos ou a captação de clientelas no meio intelectual. Desta maneira não se satisfaz um dos campos, mas evitam-se oposições demasiado perigosas para a permanência no poder.

O carácter simbólico da questão de Foz Côa consiste em revelar o carácter irredutível destes dois campos e em obrigar os actuais detentores do poder a demonstrar se são ou não capazes de promover uma política verdadeiramente conciliatória. Não é mais possível a ambiguidade: os processos de conciliação aparente estão completamente esgotados.

Convém admitir que o papel conciliatório cometido aos detentores do poder político não obriga a optar sempre pelo património. Há casos em que se justifica promover soluções que correspondam ao seu sacrifício pontual. É tudo uma questão de peso relativo dos valores em causa. Compreende-se a renúncia a valores patrimoniais quando existem outros do mesmo âmbito e do mesmo nível devidamente acautelados e protegidos. Assim, pode-se admitir a alienação de uma pintura do século XV se não tem nada de especialmente significativo, mas seria uma barbaridade sem nome vender os Painéis de Nuno Gonçalves a um museu estrangeiro. Há

muitos documentos do século XV nos nossos arquivos; alguns poder-se-iam vender ou trocar. Mas ninguém no seu juízo perfeito aceitará que se vendesse o Tratado de Tordesilhas.

Ora o santuário de Foz Côa tem um valor verdadeiramente único, não só para a cultura nacional mas para toda a Humanidade. É um dos mais antigos testemunhos mundiais da relação primitiva do homem com a natureza, com os poderes sagrados e com os meios de subsistência. É verdadeiramente único porque preserva em grandes dimensões o ambiente natural em que esta relação se demonstrava nos alvares da civilização humana, quando apareceram as primeiras manifestações da racionalidade. É verdadeiramente único porque demonstra a renovação de manifestações análogas ao longo de milhares de anos e as suas lentas alterações no mesmo local.

É também um todo indivisível. A transposição só das gravuras para outro local não resolve nada. Corresponde à efectiva destruição do santuário no seu conjunto, porque as gravuras tiradas do seu contexto perdem a relação entre si e com a paisagem que pela sua singularidade as suscitou. Consequentemente perdem o seu significado e o seu poder evocativo.

Os arqueólogos portugueses e estrangeiros que têm examinado o santuário têm-se esforçado por demonstrar este carácter único e fazê-lo compreender ao povo português e aos responsáveis políticos. Não é exagero nem demagogia senão para quem se obstina na sua ignorância dizer que a destruição do santuário de Foz Côa pela barragem

equivale a arrasar o mosteiro da Batalha para com as suas pedras construir casas. A comparação é, ainda assim, insuficiente, porque o mosteiro da Batalha é único para Portugal, mas não para a Europa; ao passo que Foz Côa é único para todo o mundo. Destrui-lo seria tão criminoso como foi a destruição do mosteiro de Cluny durante a Revolução Francesa ou o incêndio da Biblioteca de Alexandria pelos turcos. Tal é a triste responsabilidade que alguns membros do governo actual têm pretendido publicamente tomar sobre os seus ombros.

Num governo como o actual, em que predominam os partidários da política materialista ou economicista, e em que os promotores da conciliação com outros valores apenas conseguem impor medidas ambíguas, propagandísticas ou clientelares, a questão de Foz Côa tem o mérito de obrigar à clarificação. Neste momento todo o povo português espera uma decisão. Se ela for favorável à preservação, demonstrar-se-á uma efectiva vontade política de cuidar dos valores patrimoniais mais significativos. Poder-se-á então esperar que a esta decisão se siga uma efectiva valorização do local, de forma a que ele possa ser visitado por gente de todo o mundo, e a que o seu significado singular se possa perceber claramente.

Este governo tem ainda a oportunidade de ficar na História por essa razão. Será que prefere ficar na História como aquele que deixou destruir um dos mais extraordinários monumentos do triunfo do Homem sobre a animalidade?

La Foz del Cóa, marco perfecto para un parque cultural

M. Angeles Querol

Introducción

Desde la década de los 70 e incluso antes, el mundo occidental y concretamente Europa, ha comenzado a sufrir una serie de cambios generales de actitud frente a la valoración de los elementos del pasado; es un fenómeno enraizado con la elevación del nivel económico de la ciudadanía, con la demanda cultural de un mayor tiempo libre, con el ocio culto, con el acceso generalizado a la educación; es algo observable en toda Europa occidental y está pasando a ser parte integrante de la "forma de vida europea".

En este contexto complejo se inscribe una idea que está presente en la legislación sobre el Patrimonio Histórico de nuestros países: la de que los bienes culturales lo son debido exclusivamente a la acción social que cumplen.

El cumplimiento de una determinada y positiva acción social, que supere la normal publicación en las revistas científicas, no es fácil para un bien de carácter arqueológico. Debemos recordar que este tipo de Patrimonio, por su naturaleza —normalmente antiguo y normalmente enterrado— suele caer de la espectacularidad de los monumentos y sólo en casos muy contados es usado por una sociedad como testimonio de su identidad cultural.

La puesta en valor de un bien arqueológico requiere, por lo tanto, todo un caudal de imaginación y bastantes medios económicos. Sin embargo, existen en nuestro mundo algunas excepciones sorpresivas: vestigios del pasado de impresionante belleza, situados en lugares apartados de la circulación humana que por eso mismo no han sufrido degradación antrópica, y con una importancia fundamental para la comprensión y conocimiento del pasado.

La unión de estos tres valores —el estético, el natural y el científico— en un mismo bien arqueológico ocurre sólo una vez cada mucho tiempo y tiene más

de milagro que de realidad.

Uno de esos milagros acaba de ocurrir en una zona olvidada del occidente europeo, en la región de Foz Cóa en Portugal: el profundo barranco de un río ha dejado al descubierto una enorme cantidad de piedras esquistas y graníticas, cuyas superficies fueran aprovechadas por nuestros antepasados y antepasadas de hace más de cien siglos, para dibujar y grabar en ellas el producto de su inteligencia y su destreza: su arte.

Por el lugar que ocupa, por el interés científico que encierra y por la belleza que posee, la Foz del Cóa se ha convertido, inmediatamente después de su descubrimiento, en uno de los lugares más apropiados del occidente europeo para conservarse durante generaciones y generaciones, como un Parque Cultural.

La naturaleza de un Parque Cultural

Sobre los diferentes significados y usos de la expresión "cultura" se ha escrito y discutido mucho; una de las definiciones más completas y más pensadas, a mi entender, dentro del campo de la organización política más que del de la Antropología, es la utilizada en el preámbulo de la declaración adoptada por la Conferencia Mundial sobre Políticas Culturales en México en 1982 (UNESCO): "...la cultura puede considerarse actualmente como el conjunto de rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social. Ello engloba, además de las artes y de las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales del ser humano, los sistemas de valores".

Una definición como esta parece invitar a la inclusión, dentro del "Patrimonio Cultural", del medioambiente, pues este es en realidad un rasgo distintivo que caracteriza, en mayor o menor medida, a una sociedad o un grupo social.

La unificación del Patrimonio Histórico y el Patrimonio Natural

supone una doble ventaja para cualquier bien cultural, ya que no sólo gozará de los sistemas de protección y puesta en valor establecidos en cada país para el primero, sino que también será objeto de todas las medidas que los pueblos están tomando, desde hace algunas décadas, para la conservación de su entorno natural.

Sin duda en esta unificación se basó el ICOM cuando, en 1983, añadió el apartado "d" (los parques naturales, los arqueológicos y históricos) en el artículo 4 de sus Estatutos, en el que se define el MUSEO y se tipifican las variedades del mismo.

Para el ICOM los parques están considerados como una organización de interés público con vocación científica y cultural, responsables de un territorio controlado y delimitado, conservados en su cualidad de unidad representativa de tipos de naturaleza salvaje o humanizada propicios a la preservación de faunas y floras salvajes o domésticas donde esta unidad constituye el hábitat permanente.

Como puede observarse, la concepción de "naturaleza humanizada" presente en esta idea, se adecúa a la perfección con el conjunto de la Foz del Cóa.

Los rasgos diagnósticos de un Parque Cultural

En 1989 presenté a unas "Jornadas sobre Parques Arqueológicos", celebradas en el Ministerio de Cultura de Madrid, una comunicación en la que definía y caracterizaba esta expresión, y que posteriormente fue publicada (Querol, 1993). Ahora, cuando la importancia de la Foz del Cóa me ha llevado a imaginar la posibilidad de poner en práctica aquella idea, ampliada desde lo "arqueológico" a lo "cultural", los rasgos diagnósticos que entonces delimité, incluso ampliándolos, parecen mucho más fáciles de aplicar; de hecho, muchos existen ya.

Estos "nuevos" rasgos diagnósticos quedarían así:

- 1 Ha de tratarse de una zona declarada con la figura de máxima protección establecida por las Leyes de Patrimonio Histórico y de Patrimonio Natural.
- 2 Ha de poseer un alto grado de interés científico, histórico, natural y educativo.
- 3 Su estado de conservación ha de ser lo suficientemente bueno como para que sea posible la exposición al público de sus componentes principales.
- 4 Ha de estar dotado de una infraestructura apropiada para su consideración como área visible o abierta al público (delimitación, área de acogida y rutas establecidas para diferentes tipos de visita).
- 5 Su conversión en zona visible ha tenido en cuenta su doble identidad de Patrimonio Cultural y Patrimonio Natural.
- 6 La clave o guía para dicha conversión ha sido la consecución de la mayor y más positiva incidencia social posible.

Conclusiones

Convertir La Foz del Cóa en un Parque Cultural no es difícil, ya que por su naturaleza, lo es. Sólo falta poner la imaginación y los medios necesarios para que el mayor número de gente, de la mejor y más productiva forma posible, lo disfrute; y ello, por supuesto, sin que la naturaleza del propio bien cultural corra el menor riesgo.

Se trata, sin duda, de un reto generacional. Muy pocos países y muy pocas personas han tenido, a lo largo de su historia, una oportunidad como esta para integrar en la vida social actual un impresionante bien que, sin trabajar para ello, y tal vez sin merecerlo demasiado, hemos heredado del pasado.

Madrid, 22 de Maio, 1995

Centro de Ciências e Tecnologias do Mar



O edifício da Real Companhia Vinícola nos finais do séc. XIX

É hoje óbvio afirmar que a função da Universidade não se esgota no ensino e na investigação. Contudo, também não deves de ser verdade que, para o cidadão comum, a Universidade ainda se apresenta como um lugar fechado, que manipula conhecimentos que prescrevem uma "iniciação", ou seja, uma longa aprendizagem específica para poderem vir a ser, sequer, basicamente compreendidos. Este panorama tem-se vindo a alterar nos últimos anos, possivelmente mais pela divulgação científica protagonizada pelos média do que por um real projecto da Universidade nesse sentido.

Podemos contrapor que a Universidade tem os seus museus, os seus dias abertos, que os seus docentes e investigadores participam ou organizam conferências dirigidas a um público alargado, mas a emergência de instituições ou de sectores que entendem a divulgação como complemento orgânico da actividade de investigação e ensino tem sido lenta. Até agora, o exemplo mais óbvio era o Centro de Astrofísica — cujo espaço físico definitivo, o Planetário do Porto, já está projectado, e resultou da colaboração entre a Universidade e a Câmara Municipal do Porto. Recentemente, um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Matosinhos e o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar permitiu o aparecimento de outro espaço em que investigação, ensino e divulgação são entendidos de uma forma integrada. Consciente como um espaço interdisciplinar, o Centro de Ciências e Tecnologias do Mar tem na sua base o Departamento de Produção Aquática do ICBAS, cujo director, Prof. João Coimbra, explica ao Boletim as suas linhas de desenvolvimento.

Fale-nos sobre a génese deste projecto. A ideia inicial da Câmara Municipal de Matosinhos era fazer um Museu de Ciência e Tecnologia. Mas o conteúdo dessa ideia não estava muito bem definido. Integrava-se na reconversão do quarteirão da Real Companhia Vinícola e ia ser um equipamento de carácter cultural e científico que valorizasse a reabilitação de Matosinhos Sul. Mas não havia uma ideia muito clara sobre a forma como esse museu se ia articular com a comunidade matosinhense.

Essa ideia evoluiu com a participação da Universidade, nomeadamente do ICBAS, que sugeriu que o projecto se orientasse para a área das Ciências do Mar. E foram postas na mesa algumas ideias, especificamente a construção de um aquário, em torno do qual se desenvolveria um Centro de Ciências e Tecnologias do Mar.

Temos, então, uma nova direcção para o projecto, em que a componente ligada ao mar se assume como fundamental.

Efectivamente, a ideia foi completamente modificada. No que respeita a este caso do Centro de Ciências e Tecnologias do Mar, a Câmara, como expresso no protocolo, aceitou-nos como parceiro para o projecto. O que nós propusemos foi que, em vez de tentar fazer um Museu de C&T ainda pouco estruturado no seu conteúdo e, ao mesmo tempo, construir um aquário em Leça da Palmeira — outras das intenções da Câmara —, ambas peças muito caras, se tentasse juntar as duas, tornando o aquário na parte central de um Centro de Ciências e Tecnologias do Mar. Através da visita a este aquário, as pessoas poderiam tomar contacto com a fauna e a flora marítima local, particularmente com os peixes que dão suporte à pesca industrial. Depois, seria necessário um núcleo de exposição que fizesse a ligação às artes de pesca e especificamente à pesca matosinhense. Também pensámos numa área de arqueologia industrial que relembrasse a indústria conserveira. Matosinhos viveu durante muito tempo das pescas e da conserva, áreas actualmente numa crise profunda. Tudo isto, instalando numa parte da cidade que vai sofrer um grande transformação, funcionaria como uma espécie de âncora, ligando esta zona nova à história de

Matosinhos e, portanto, às actividades que deram suporte a esta cidade.

A estes três núcleos — aquário, pescas, indústria conserveira —, associar-se-ia, finalmente um núcleo de ciências do mar e novas tecnologias.

Esta era a ideia inicial. Actualmente, estamos a desenvolvê-la, e parecemos-nos mais lógico não estabelecer uma barreira entre estes núcleos, mas antes tentar integrá-los. De que forma? Procurando, com base numa visita guiada, que o visitante possa tomar contacto com alguns dos vários problemas que se relacionam com o mar. Um exemplo: é possível mostrar a importância das algas, exibindo no aquário algumas das algas que são utilizadas na indústria, mostrar peças ligadas à actividade de captura de algas, explicar como é que se faz a associação da captura de algas com a agricultura — por exemplo através das masseiras, tradicionais no Norte do país — e incluir também informação relativa aos novos produtos retirados das algas pela indústria farmacêutica e pela indústria química.

É portanto possível, com tópicos muito bem definidos, fazer o visitante tomar contacto — se bem que não de forma exaustiva — com alguns aspectos desta realidade que é o mar e com os problemas que se põem em relação à pesca e à futura falta de proteínas de origem aquática, bem como as soluções propostas para ultrapassar essas dificuldades.

Alguns destes tópicos podem ser abordados de uma maneira sintética, sem separar os aspectos museológicos dos aspectos ligados às novas tecnologias ou ao conhecimento dos animais, das cadeias tróficas... Também pretendemos recorrer a uma interacção com o público, através do uso de computadores: o visitante poderá formular questões, obter respostas, enfim, informar-se à sociedade.

Até agora, falámos dum só aspecto, que aparentemente vai ser fundamental, que é o aspecto de mostra. Ou seja, numa organização que não será propriamente aquela de museu, no sentido estrito...

Sim, segundo o conceito de um museu vivo.

...e que é mais ambicioso que a simples exposição de peças. Mas o

protocolo também refere uma unidade de investigação. Qual vai ser o seu enquadramento?

Bom, uma estrutura deste tipo, que permita mostrar ao público a riqueza da fauna e flora marítima local, as suas utilizações pelo homem e colocá-lo perante os problemas ambientais do meio marítimo e costeiro, obviamente que tem que ter um forte suporte científico. Uma peça destas não se entrega "de chave na mão", tem que ter uma tripulação, um grupo que vá gerando ideias e dando um suporte científico às actividades. Nesse sentido, o protocolo é claro: prevê que o ICBAS, nomeadamente o Departamento de Produção Aquática, possa deslocar uma parte, ou eventualmente mesmo a totalidade do grupo para

Matosinhos, onde podera expor ao público algum do trabalho que vai fazendo. O que não seria inédito: é o caso, por exemplo, de Boulogne-sur-Mer, onde o IFREMER tem um grupo destacado que aceita que o público observe algumas das suas experiências — neste caso, é um estudo sobre redes de pesca, que se presta, pelo equipamento utilizado, a alguma espectacularidade. É possível que o nosso grupo possa oferecer algo de similar.

Também avançamos a proposta de um programa de seminários, conferências e mostras de áudio-visuais, em que participáremos. É bom que se crie em torno deste centro uma actividade permanente de investigação e de contacto com outros grupos a trabalhar na mesma área.

Por outro lado, alguns dos projectos de investigação que conduzimos podem ligar-se facilmente ao conceito de exposição. Relativamente à oceanografia, está a ser planeado um centro de recolha de dados de satélite, para estudos através da tele-deteção — dados sobre temperatura, clorofila, etc. Estes mesmos sinais que servem para um grupo desenvolver um trabalho de investigação podem ser simultaneamente visionados no espaço destinado ao público. Os visitantes terão mesmo possibilidade de recolher essas imagens e trabalhar posteriormente sobre esses dados, se assim o desejarem.

A crise dos recursos marinhos a nível mundial, mas nomeadamente na área costeira portuguesa, aponta para uma necessidade de protagonismo dos organismos de investigação na preservação desses recursos e na

informação das decisões políticas relativas ao mar. Este novo centro poderá também assegurar essa função?

O grande problema que se põe a nível mundial é obviamente o aumento demográfico, que se relaciona com o aumento das capturas e leva à exaustão dos stocks de peixe, com o correspondente esgotamento das proteínas de origem aquática. Os técnicos da FAO prevêem que se atinja no ano 2000 a *plafond* de 100 milhões de toneladas/ano. Como se viu pela "crise da palmeta", algumas das zonas já estão a 100% da exploração e, outras, como é o caso Atlântico Norte, na zona da NAFO, já estão entre os 60 e 70%, o que é bastante significativo. Em termos globais, não vai ser possível aumentar muito mais a pesca. Outro problema é a concentração da população nas zonas costeiras. Setenta por cento da população mundial já se encontra a menos de 100 Km das costas. Isto acarreta um enorme aumento da poluição na zona costeira, que é justamente a — os estuários — onde se encontram os berçários dos peixes. As plataformas continentais, que representam 10% da superfície total dos oceanos, correspondem a 90% da produção mundial. A esmagadora maioria da produção mundial de peixes está, portanto, concentrada junto à costa.

Tudo isto, no seu conjunto, faz com que os stocks de animais e a própria diversidade corram sérios riscos.

Neste quadro, a aquacultura aparece como sendo essencial: não só a aquacultura no interior dos continentes, mas também a aquacultura marinha. Contudo, esta última tem problemas graves a nível mundial: a concentração populacional, o conflito com outras indústrias e com o turismo, o preço elevadíssimo dos terrenos, fazem com que haja dificuldade em produzir peixe na costa em grandes quantidades e em condições económicas de rentabilidade. Será, por isso, de apostar também no alto mar, em aquacultura intensiva ou em repovoamento. E repovoamento pressupõe um conhecimento profundo da ecologia e das delicadas ligações entre as cadeias tróficas no oceano. O que é que se pretende num centro como este de Matosinhos? Como já disse, por um lado, dar a conhecer à população este problema mundial e, também, nacional: a diminuição da nossa capacidade de

pesca, as dificuldades que se põem no ultrapassar destes problemas, os problemas da reconversão dos pescadores e a preservação do meio ambiente, entre outros. Queremos chamar o visitante para o centro do debate, considerá-lo como um actor nesta situação.

Quanto à actividade de investigação, podemos dividi-la em dois tipos: por um lado, existe uma investigação científico-técnica relacionada com o conhecimento do mar e com o desenvolvimento de técnicas para ultrapassar estes problemas; por outro lado, temos uma investigação que se liga à definição de políticas de gestão do mar.

Como se vê no caso do Canadá, que quer alargar a sua Zona Económica Exclusiva de 200 para 300 milhas marítimas, existe ainda uma grande indefinição sobre a autoridade dos vários países sobre o oceano. Há zonas que são património comum, e que implicam sérios problemas de política de gestão dos oceanos: Problemas semelhantes se levantam na gestão das zonas costeiras.

Ora bem, trazendo estes problemas para público, o grupo responsável terá obviamente que estar activo na procura de soluções. Assim, paralelamente à transferência para Matosinhos duma parte, ou mesmo da totalidade, do Departamento de Produção Aquática, cujos objectivos são muito centrados nos problemas ligados à pesca, à aquacultura, ao repovoamento do mar, à ecologia aquática, à ecotoxicologia, surgirá também um embrião de um centro de política e gestão dos oceanos, indo de encontro a sugestões avançadas pela Reitoria. Estas duas vertentes estarão, assim, presentes no novo Centro: a científica e técnica e a de gestão.

Não posso dizer que cobrimos absolutamente estas duas áreas, visto que somos um grupo de pequena dimensão, mas o que podemos garantir é que vamos ser activos nestas áreas. A actividade de investigação é o suporte do Centro.

Qual é o staff que tem, a partir, para lançar todo este projecto?

Basicamente, o pessoal do Departamento de Produção Aquática, que tem 24 pessoas permanentes, das quais 12 são docentes (6 doutorados, 3

professores convidados e 3 assistentes) e 12 auxiliares técnicos. Apesar desta relativamente pequena dimensão, temos neste momento 11 alunos de doutoramento e 10 alunos finalistas em estágio.

Cobrimos todas as áreas que vão desde Fisiologia e Nutrição de Peixes até à Oceanografia Física, passando por Ecologia Aquática, Zootecnia Aquática, Sistemas de Produção em Aquacultura, Engenharia e Toxicologia Aquática.

E de prazo estamos a falar para a abertura do Centro? O edifício está em muito mau estado, uma parte está mesmo em ruínas.

Segundo as previsões da Câmara, será para abrir em 1998, na altura em que abrirá a Expo '98. Há um desejo da Câmara Municipal de Matosinhos de ligar as duas iniciativas através de exposições e iniciativas comuns durante o período da Expo e, uma vez acabada a exposição, manter algum tipo de relacionamento.

Este tempo de espera não será perigo, nem mesmo que se verifique algum atraso na obra: é um período durante o qual afinaremos o programa, formaremos a equipa-base e tentaremos enriquecer e alargar este projecto a outros grupos da Universidade do Porto. Temos de colimtar algumas falhas decorrentes da dimensão e especificidade do nosso grupo, provocando sinergias dentro da Universidade. Dou alguns exemplos: na área de Botânica Aquática o ICBAS não tem uma grande expressão, pelo que podemos eventualmente associar, de uma forma ou de outra, investigadores do Instituto de Botânica que desenvolvem trabalhos nessa área. Já temos, também, alguns programas de colaboração com grupos de Engenharia que se ocupam de veículos submarinos autónomos. No que diz respeito a questões de oceanografia física e oceanografia química, de electrónica relacionada com a tele-deteção, poderemos também encontrar suporte em grupos da Faculdade de Engenharia. É isto para não falar no próprio ICBAS, onde existem mais investigadores de outros departamentos que trabalham na área de Ciências do Meio Aquático: há, por exemplo, o grupo de Ecologia Aquática no Departamento de Estudos de

Populações e, no Departamento de Química, há grupos que estão a estudar a extração de produtos naturais de origem marítima e questões de toxicologia. Assim, nestes anos que estão à nossa frente, e motivados por este projecto, podemos estabelecer contactos, reunindo pessoas de áreas muito diversificadas. Muitas vezes os investigadores desconhecem o trabalho de colegas de outras áreas, e este projecto concreto permite uma aproximação com um objectivo comum.

Em relação à ligação empresarial — que empresas pensa que estarão interessadas em financiar actividades do Centro ou associar-se a projectos de investigação?

É cedo para responder. A nossa actividade poderá interessar desde a indústria de rações para peixe até à indústria da electrónica. Aliás, a Câmara Municipal de Matosinhos gostaria que o grupo da Universidade do Porto contribuisse também para estimular o aparecimento de pequenas empresas — de serviços, sobretudo — nesta área. Outro dos nossos objectivos é, por isso, a criação de um pequeno "ninho de empresas". Mas a Câmara Municipal de Matosinhos está a sensibilizar algumas empresas da cidade para o projecto.

A actividade de formação do Departamento de Produção Aquática será também assegurada neste centro? Os alunos do 4º e do 5º anos terão, se tudo correr bem, as suas aulas em Matosinhos. Os que se inscreverem em 95/96 poderão talvez já beneficiar das novas instalações. Além disso, neste tipo de centros costuma existir um departamento ligado à formação, nomeadamente de professores, e que está envolvido na criação de uma certa animação cultural. Neste sistema, a mostra do centro aos alunos das escolas é feita pelo seu próprio professor, que passou previamente alguns dias no departamento de formação do Centro. Para além desta formação específica, pensamos também poder fazer cursos de actualização de professores do secundário na área das Ciências do Mar.

Finalmente, também colocamos a hipótese de acções de formação a determinados grupos de pescadores e a aquacultores.*

não era claro ou era surpreendente) era o seu rigor no exercício do ofício de ensinar. Cada aula (a que nunca faltou) era um exercício exaustivo de introspecção, de preparação fastidiosamente completa e sempre nova. Deu sempre mais do que foi capaz de exigir. Melhor dito — nunca exigiu — motivo.

Não mote e vou. Sim motivo. Foi esse rigor que o levou sempre e cada vez a alargar o espectro de relação com cada aluno por forma a poder completá-lo, perceber-lhe as divagens emocionais ou culturais, os complexos consciencializados ou dormentes, as hipersensibilidades e as infantilidades.

De rigor se tratava na elaboração das fichas temáticas das séries das imagens e, sobretudo, dos métodos disciplinares e

disciplinadores da razão. Tudo lhe vinha afinal da capacidade de ver, do respeito por todo o facto e todo o fenómeno, do pequeno e do grande, do rural e do urbano, do povo e do príncipe, da folha e do bosque, da ferrugem ao ferro, do singular e do plural. Atentamente. Permanentemente. Curiosamente. Via responsabilmente. Via com atenção ao fenómeno de ver. A esse embeber das imagens em camadas sucessivas de relações, associações, vibrações trans-sensoriais. Atento à sua própria e fenomenal capacidade de encaminhar as sensações e fazê-las ricochetear entre os diversos níveis da consciência. Conviver com ele como aluno, amigo ou parceiro era uma constante exposição a esta quase tempestade de fulgores de

imagens sempre, e quantas vezes quase instantaneamente, construídas a partir da matéria densa da sua enciclopédica cultura.

Porque o António era, curiosamente, um homem erudito. Curiosamente porque no seu caso (raro) o saber não lhe atrasou os caminhos da cultura. Ele fez sempre essa agronomia do conhecimento que brota no facto cultural.

Dessa cultura lhe veio a intransigência pelos que da cultura se servem para alimento da sua preguiça mental e doentia mistificação dos outros. Lhe veio uma atitude tão intransigentemente crítica que a muitos pareceu até maldosa. Não era. Era, sim, uma incapacidade de separar o pensador do seu pensar, a palavra da atitude. Mas pela crítica se progride, pela

crítica se sobrevive. Pela crítica se ensina.

Melhor que eu ele o dirá. Transcrevo (a crítica...):

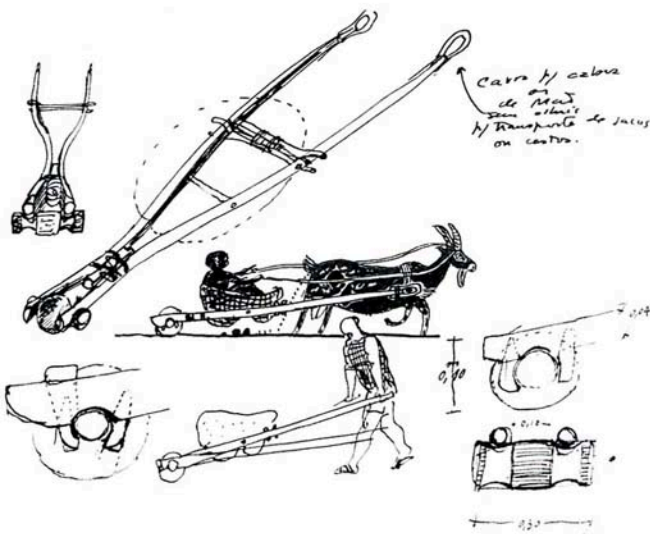
"A aula passa a ser, entre mestres e amestrados, o doce congresso, de outros ou de duplos contentes, porque, reduzindo o plano da ilusão ao real cínico da sombra que projectam, um e outros, *reparem sem partilha*, o árido fazer no fito do ficar feito, a medonha inversão de sentidos do que arte seja, vida seja, ventura fosse. Do alto da penha sombria e suja, a luz engessada de vinte séculos os contempla.

Avultam: a superioridade plástica, da morfologia menor desta vênus em gesso, e a mesquinhez ofensiva dos bordejões encarcovados que são o resultado plástico da acção perversa do *ser não*.

Uma aula de crianças excluiria este não brio. Um salão de loucos mostraria a ronha alienada que, de facto, é.

Os cursos de arranjos florais têm emoção e comadrio. Num leilão de gado há activa contemplação estética, e, uma narina fremente, o fino jarrete, a crina farta da poldra, o velo enmoitado das borregas, ou a catenária pendente da vaca pranha, soltam o bafo das emoções mais directas por parte do perito em morfo-pecuária. De onde sairá então a passividade perante o motivo? O domínio da emoção comum faz parte de toda a aprendizagem. Mas, domínio de, não significa ausência mas, e pelo contrário, a compactibilidade, ou seja, um *acrescimo* postulado pelo aumento de pressão interna. Só que o duplo, por natureza, é a imagem simulacro, a cria ligada à placenta da ilusão, nó de enjós. Das suas opacidade ou oacidade falarão os propósitos em falta.*

Crítica, como vêem. À mediocridade de que o António Quadros, sem ser pela lei da morte, já há muito se tinha libertado.



Roupa com Roupa em Cima para o António Quadros

Na barbearia, à avenida, estou com o nome Joaquim Agostinho, ouço o som das tesouras, zigzague, neutral, neurónico, estou com o som do aspirador que suga os cabelos, são quinhentos, duzentos: eu sou dos que nada sabe: tenho uma casa: sou judeu, preto, contra o terrorismo moral, pelo mural, sou pela roupa com roupa em cima, como vestia o António Quadros: desdém pelo guarda vestidos, ao peito a revolta das camisolas contra os colarinhos: às vezes os pulsos abrem-se: Às vezes falava-me com voz, abrindo cedo o comércio das horas até ser tarde, industriando notas graves e os aros dos óculos: tendo desenhado a V5 e mudado o mundo, industriava-o com voz de capataz renascentista e génio de deus gêmeo: era pouco: porque trazia tantos casacos?: porque trazia tantas mulheres?: para poupar o corpo: era pouco: Estou solidamente na barbearia com os cabelos a voar, o vidro da montra reflecte o quê, o cabelo termina na argamassa anos cinquenta do chão: cabelo inutilizado à espera do chão, espelho contra espelho era capaz de jurar: somos vulgares, a esta determinada hora: juro: o António Quadros existe um. 11 de Abril de 1995

Jorge Figueira

António Quadros ou notas sobre a generosidade

A coragem de oferecer a angústia; a vertigem e a queda no abismo, considerada como o maior respeito possível pela dignidade de um aluno. Importa distinguir angústia de mal-estar, colocando-os de lados opostos do fazer. A angústia potenciadora, energia dolorosa que nos transporta ao fazer, auto-obrigação de consciência; oposta ao mal-estar que aplaca a alma, expiação liofilizada — hoje já carreguei as penas do mundo — proteccionismo da consciência perante o não fazer e o não dar. É a angústia, assim balizada, que me permite introduzir a generosidade brutal; quando a generosidade não se inibe com a consciência da dádiva ser, por vezes, um fardo doloroso para o outro. É o oposto da "simpatia" que põe limites à provocação sobre o outro, encobrindo com o falso argumento do respeito, o mais profundo desrespeito — o de não se relacionar, de nada ser capaz de trocar — que assim se poderia enunciar: "É perigoso e desonesto desenvolver no aluno uma curiosidade que ele não seja capaz de resolver ou suportar". Se "é preciso provar ao morto que é útil", argumentemos, então, contra o postular: — É tomar o conhecimento, não como um avanço num corpo

disciplinar onde o professor nos precede, mas como o vaguear sob um tecto de nuvens por entre as quais entreveemos os professores a brincar com as verdades.

— Com o melo da perplexidade esquiva-se, no limbo do "isso é muito complicado", a objectivar e debater as curiosidades.

Arredando, de qualquer modo, os alunos deste debate porque "os pode confundir".

— Reduz o aluno à esponja das curiosidades alheias. A quem é preciso evitar as perplexidades que a presença das verdades provoca. Por um passe de mágica, transforma a generosidade em desonestidade e o comodismo e o autocomprazimento em sinais exteriores de boa conduta.

Prefiro, assim, a generosidade brutal, que, por vitalismo e grandeza, me demonstra que é a consciência dos limites que permite, paradoxalmente, ultrapassá-los, e que me reconhece a liberdade responsável para decidir sobre as angústias e perplexidades que qualquer acto de fazer provoca.

É importante falar ainda da "contestação séria e honesta que deve ser feita com o trabalho (projecto)", pois assenta numa obrigação de operatividade de um saber para o colocar facilmente debaixo da sanção do professor; equiparar a validade do posicionamento crítico de cada um à qualidade do seu projecto não só chumbaria muitos teóricos como

implicaria seleccionar os professores, exclusivamente, pelos seus projectos.

Resumindo: é na voragem de ser, de conhecer, de fazer, de trocar, que reside o maior respeito pelo outro, particularizado aqui pelo aluno.

Era importante esclarecer isto para ter coragem de agradecer ao António Quadros a coragem de ter sido professor, ou, talvez, mestre. Porto, 7 de Janeiro de 1995

Joaquim Moreno

...até... professor...

Há uma vontade que ficou no ar. Uma vontade que está por transformar. É uma vontade desconhecida. A vontade do desejo e das leis, e o esforço que as transporta e multiplica.

Método e instrumentos dançam e flutuam num discurso mental múltiplo, rico e profundo. Com ele atravessámos o papel branco e os riscos dos vestígios gestuais.

Com ele fomos fundo no reconhecimento do território criativo. Com ele descobrimos ser actores e espectadores do nosso teatro mental.

Dele vinha o movimento, a dinâmica, o ensinamento, o encorajamento, a nossa vontade de aprender.

Um dia agradei-lhe... respondeu-me que nada há para agradecer! César de Matos*

MicroScapes ... como a Ciência pode parecer Arte



Árcis de vidro de uma matriz de fibra óptica



Ponta de ferro de soldar

europeias. Entre 8 de Junho e 25 de Julho será possível ver estas 50 fotografias de grande formato, a cores ou a preto e branco, no Museu de Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, onde estará simultaneamente patente uma exposição que se liga ao tema da MicroScapes, com microscópios ópticos e electrónicos, cristais líquidos, fibras ópticas, vídeos, etc...

Algumas das imagens serão familiares, já que têm sido reproduzidas em várias publicações, mas estas paisagens microscópicas dos materiais e processos que modelam a electrónica moderna não deixarão de surpreender o visitante, ao permitir-lhe visualizar, por exemplo, átomos de silício

ampliados um bilião de vezes como se de uma paisagem extraterrestre se tratasse, ou o multicolorido espectro da luz guiada através de uma matriz de fibra óptica, ou ainda as formas de uma colcha artesanal que é, na realidade, um material supercondutor ampliado 240 milhões de vezes.

Museu de Ciência
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Praça Gomes Teixeira — 4000 Porto
8 de Junho a 25 de Julho
Horário: 2ª a 6ª, das 10h às 13h e das 14h às 17h; Sábado, das 11h às 18h.*

As técnicas fotográficas utilizadas no estudo dos sistemas avançados de telecomunicações e de tratamento de informação produzem imagens de um inegável apelo estético. Assim, os

Bell Laboratories (AT&T) conceberam uma exposição de algumas destas imagens, que já foi apresentada em mais de noventa museus, centros de ciência e universidades americanas e